

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**AS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS E O  
ALUGUEL SOCIAL: REALIDADE PÓS-CHUVAS DE NOVEMBRO DE 2008**

**GABRIELE BERCKENBROCK BOLSONI**

**FLORIANÓPOLIS  
2011/2**

**GABRIELE BERCKENBROCK BOLSONI**

**AS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS E O  
ALUGUEL SOCIAL: REALIDADE PÓS-CHUVAS DE NOVEMBRO DE 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social.

Orientadora: Vera Herweg Westphal

**FLORIANÓPOLIS**

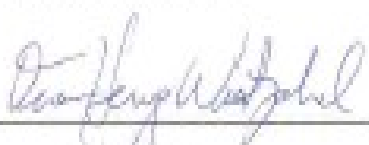
**2011/2**

GABRIELE BERCKENBROCK BOLSONI

**AS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS E  
O ALUGUEL SOCIAL: REALIDADE PÓS-CHUVAS DE NOVENBRO DE 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

**BANCA EXAMINADORA**



Orientadora

Professora Dr<sup>a</sup>. Vera Herweg Westphal – Universidade Federal de Santa  
Catarina

Departamento de Serviço Social



Examinadora

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa dos Santos – Universidade Federal de Santa  
Catarina

Departamento de Serviço Social



Examinadora

Especialista Assistente Social Maria Aparecida Napoleão Catarina  
Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

Florianópolis, 06 de dezembro de 2011.

À Valda e Osimar, meus queridos pais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por estar presente em todos os momentos da minha vida, nunca me abandonou e me sustentou nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, pessoas exemplares. Mãe, muito obrigada pelas noites mal dormidas escolhendo comigo a profissão a ser seguida, por todo amor, dedicação e entusiasmo. Ao meu querido Pai, por me ensinar à ética e a moral da vida e me deixar como herança à coisa mais sólida que uma pessoa pode receber, a educação. Muito obrigada pela confiança depositada. Simplesmente Te amo.

À minha irmã, amiga, companheira, guerreira, Eduarda Bolsoni, todos os momentos vividos juntos foram mais que especiais. Agradeço todas as conversas, o ombro amigo, o carinho e a motivação para eu não desistisse NUNCA, principalmente na reta final deste trabalho de conclusão de curso

Ao meu noivo, André Knies, que esteve comigo desde o início dessa caminhada, que me estimulou e acreditou em mim desde a aprovação do vestibular até esse momento de coroação, compreendeu e me deu forças nas dificuldades enfrentadas durante esses quatro anos de universidade, obrigada por sonhar junto comigo. E é com você que desabafo e morro de rir.

À todos os meus familiares, pela credibilidade, mas principalmente ao meu grande incentivador, Tio Volney Berkenbrock, pessoa simples e incrível que aos 11 anos de idade abriu mão de sua infância para ser seminarista e anos mais tarde se tornar Professor Assistente de Leonardo Boff e Doutor em Teologia. Testemunha do meu nascimento, padre que me batizou, minha grande inspiração.

As minhas BRUKISAPAMIGAS, a melhor fisioterapeuta, melhor professora de espanhol, melhor médica veterinária, melhor educadora física e melhor promotora de eventos. Por compreenderem minha ausência!

À melhor turma que o Serviço Social da UFSC já viu - turma 2008/1, pelas “geladas” no servidores, pelo cachorro-quente do cheiroso e depois SPACEFOOD, pelas músicas divertidas, pelo verdade e consequência, pelas festas marcadas e nunca realizadas, obrigada especialmente aquelas que enfrentaram comigo esse momento de angústia: Késsia, Dinéia, Michaeli, Hilda, Kelli, e aqueles que por algum motivo ficaram pelo caminho, mas marcaram suas presenças em minha vida: Aliene, Betina, Cláudia, Daiane, Elisa, Fernando, Renata, Keren e Marla.

À Késsia Ersching, pessoa MARAVILHOSA, que faz meus dias serem melhores e com as melhores risadas do mundo, obrigada por deixar te conhecer melhor, pelas manhãs de sábado no curso de RISCO, pelo cursinho para concursos, pelas caronas, pelas conversas e confidências. Estarei aqui sempre que você precisar!

À equipe de Serviço Social da SMHSA, pelos dois anos de convivência e aprendizado, no qual tive a oportunidade de desenvolver diversas atividades e aprender muito com cada uma de vocês, levo vocês no meu coração. Muito obrigada: Zeli, Graça, Simone L., Simone C., Juliane, Heloiza, Fabiana Macedo, Rô, Edna, Nórís, Nete, Maria Gabriela e a todas as estagiárias que passaram por lá, fazem e farão muita falta: Tamires, Danuza, Jeane, Bianca, Barbara, Danielle, Welma e Juliana. A nossa “chefona”, Kelly, pela sua postura e posicionamento no qual aprendi muito, gostaria de poder me expressar da mesma forma que você.

À assistente social Maria Aparecida Napoleão Catarina (Cida), minha supervisora de campo, muito obrigada pelas discussões partilhadas, por me acompanhar e orientar minha formação profissional, pelos documentos acadêmicos rapidamente corrigidos, pela prontidão em responder minhas dúvidas e pela compreensão de minhas limitações, e ainda por aceitar o convite para fazer parte desta banca. Obrigada por Tudo!

À professora Vera Herweg Westphal, que aceitou ser minha orientadora, com todo seu conhecimento, comprometimento e tranquilidade contribui para que esse trabalho fosse concretizado. À professora Maria Teresa dos Santos, agradeço por aceitar o convite para compor esta banca.

E por fim, mas não menos importante, agradeço todas as famílias do Maciço do Morro da Cruz, especialmente aquelas que contribuíram com este trabalho como participantes das entrevistas.

“Era uma casa muito engraçada  
Não tinha teto, não tinha nada  
Ninguém podia entrar nela, não  
Porque na casa não tinha chão  
Ninguém podia dormir na rede  
Porque na casa não tinha parede  
Ninguém podia fazer pipi  
Porque penico não tinha ali  
Mas era feita com muito esmero  
Na rua dos bobos, número zero”

A Casa  
Vinicius de Moraes

## RESUMO

BOLSONI, Gabriele Berckenbrock. **AS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS E O ALUGUEL SOCIAL: REALIDADE PÓS-CHUVAS DE NOVEMBRO DE 2008.** Florianópolis, 2011, páginas 83. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Defesa realizada em 6 de dez. 2011.

O presente trabalho de conclusão de curso consiste na discussão acerca do auxílio aluguel disponibilizado às famílias do Maciço do Morro da Cruz, que sofreram com o desastre das chuvas ocorrido em novembro de 2008 no Estado de Santa Catarina, especificamente na cidade de Florianópolis. No estudo apresentado partimos da indagação acerca dos motivos das famílias atingidas receber o aluguel social e ainda continuarem a receber este benefício, considerando este ter caráter de atender uma demanda emergencial. O objetivo principal é analisar junto ao Poder Público e junto às famílias beneficiárias como está sendo garantido o acesso à moradia através deste auxílio eventual. Para trazer essa discussão foi efetivado o levantamento das famílias beneficiárias desde o ano de 2008 no Maciço do Morro da Cruz, pautada em pesquisa da documentação utilizada pelo Serviço Social da SMHSA/PMF. Ainda, abordamos o desenvolvimento de iniciativas do Poder Público para atender a demanda de moradia a essas famílias. Foram realizadas entrevistas junto às famílias beneficiárias e junto às assistentes sociais que acompanham essas famílias. Estes dados foram sistematizados e são apresentados no decorrer deste trabalho. Alguns dos resultados verificados com a pesquisa mostram que o aluguel social desencadeia dificuldades na vida dessas famílias, como o sentimento da perda de sua casa, a forma de organização da família na casa alugada, em relação ao atraso do aluguel, as casas serem pequenas para o número de pessoas nas famílias e, ainda, o valor baixo disponibilizado pela PMF, ocasionando até a separação de algumas famílias. Foi evidenciado que os beneficiários já tinham um vínculo comunitário, como podemos observar com o tempo de moradia nas comunidades. A situação perdura há três anos e as famílias continuam aguardando providências definitivas por parte do poder público para terem o acesso ao direito de moradia efetivado.

**Palavras Chave:** Aluguel Social, Famílias, Moradia, Maciço do Morro da Cruz.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Composição Familiar.....	62
Gráfico 02 – Profissão.....	62
Gráfico 03 – Escolaridade.....	63
Gráfico 04 – Desmembramento das famílias.....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Previsão de Investimento até o ano de 2010.....	29
Tabela 02 – Perfil das Assistentes Sociais entrevistadas.....	50
Tabela 03 – Lista das famílias beneficiárias do aluguel social.....	58
Tabela 04 – Controle das entrevistas com os usuários.....	60

## LISTA DE FIGURA

Figura 01 – Maciço do Morro da Cruz.....	38
Figura 02 – Comunidades Maciço do Morro da Cruz.....	39

## LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina  
CEPED – Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres da UFSC  
CF – Constituição Federal  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
COHAB/SC – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina  
CPT – Comissão de Pastoral da Terra  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social  
GAB – Gabinete  
HBB – Programa Habitar Brasil  
HIS – Habitação de Interesse Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MC – Ministério das Cidades  
MMC – Maciço do Morro da Cruz  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social  
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
PNAS – Política Nacional da Assistência Social  
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SETUR - Secretaria de Turismo  
SFH – Sistema Financeiro de Habitação  
SMHSA – Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. QUESTÃO URBANA E O DIREITO A MORADIA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 O DIREITO A MORADIA ANTES E APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 PONDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO.....</b>	<b>32</b>
2.3.1 A Realidade Cidadina em Florianópolis.....	33
2.3.2 A Ocupação do Maciço do Morro da Cruz.....	36
<b>3. O BENEFÍCIO ALUGUEL SOCIAL DAS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ NO PERÍODO DE 2008 – 2011.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO: INTERSETORIAIS?.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 AS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ E O ALUGUEL SOCIAL DESDE AS CHUVAS DE 2008 EM FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>56</b>
3.2.1 Perfil das famílias contempladas pelo benefício aluguel social.....	61
3.2.2 A visão das famílias beneficiárias sobre o aluguel social.....	63
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE I – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE II – Roteiro de Entrevista Usuários.....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE III – Roteiro de Entrevista Profissionais.....</b>	<b>85</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No mundo inteiro percebem-se disparidades e problemas relacionados à habitação e a moradia. Enquanto a habitação atende a necessidade física da família de abrigar-se, pois está pautada ao aspecto da construção da casa, a moradia tem um sentido mais amplo e está relacionada com a infraestrutura em torno desta habitação, como por exemplo, o transporte coletivo, a água, o esgoto, a luz, a coleta de lixo, a pavimentação e o telefone. Porém, este cenário de desigualdades sociais é mais forte nos países em desenvolvimento como o Brasil. Na Constituição Federal de 1988 constam vários direitos sociais conquistados pela sociedade brasileira através de lutas promovidas por movimentos populares organizados e a moradia destaca-se entre eles. Todavia, a moradia deverá oferecer um mínimo de condições para que a pessoa consiga se desenvolver e promover uma melhora contínua de suas condições de vida, ou seja, destaca-se o acesso à moradia adequada e digna.

Em novembro de 2008 o Estado de Santa Catarina, conseqüentemente Florianópolis, sofreu com os desastres socioambientais decorrentes das fortes chuvas seguidas por deslizamentos neste período. Com o retorno à normalidade das atividades na cidade, algumas famílias não puderam retornar às suas casas. Com isso, a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizou o benefício eventual aluguel social, recurso esse vindo do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo que o acompanhamento dessas famílias foi realizado através da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, órgão responsável pela política habitacional no município para famílias com renda entre 0 a 3 salários mínimos.

Atravessados três anos recebendo o benefício eventual, as famílias continuam não tendo resposta definitiva para seu direito à moradia. Com isso, o tema deste trabalho de conclusão de curso se deu após a experiência vivida durante dois anos de estágio curricular na SMHSA/PMF, especificamente com a atuação no Projeto Maciço do Morro da Cruz – PAC. A partir das experiências do estágio interessou-nos pesquisar os motivos das famílias continuarem recebendo um benefício de caráter eventual.

Destarte, o objetivo deste trabalho é analisar junto ao Poder Público e às famílias beneficiárias do aluguel social desde as chuvas de 2008 como está sendo garantido o acesso à moradia através deste auxílio eventual. Já os objetivos específicos deste trabalho de conclusão de curso são: realizar o levantamento das

famílias do Maciço do Morro da Cruz que continuam recebendo o aluguel social desde as chuvas de 2008; identificar junto ao Poder Público o desenvolvimento de iniciativas para atender a demanda das famílias beneficiárias; e, identificar com as famílias e com a equipe técnica da SMHSA quais as concepções de moradia digna.

Em relação aos procedimentos de pesquisa adotados, destaca-se a realização de pesquisa bibliográfica e documental. Ainda foram realizadas entrevistas com três assistentes sociais de referência das comunidades do Maciço do Morro da Cruz e com nove famílias beneficiárias do aluguel social desde as chuvas de novembro de 2008. A sistematização dos dados será apresentada no decorrer do desenvolvimento deste trabalho.

O trabalho tem na sua estrutura quatro seções. A primeira delas refere-se à esta introdução, na qual está a apresentação do objeto, os objetivos e ainda a exposição da metodologia utilizada e logo abaixo a exposição dos conteúdos abordados em cada capítulo.

Na segunda seção partimos da discussão acerca da questão da moradia e como ela está intrínseca no cotidiano de cada indivíduo. Ainda a moradia se efetiva no processo de urbanização das cidades, no qual ocorrem as contradições de classes sociais e como o capitalismo está presente através do processo de produção e reprodução da força de trabalho. Apresenta-se a questão habitacional e igualmente a urbana como inerentes ao desenvolvimento do capitalismo.

Ainda é apresentada a trajetória do reconhecimento da moradia como direito social na Constituição Federal de 1988, o Estatuto das Cidades e como o projeto de aceleração do crescimento – PAC está atrelado a todo esse processo de conquista. Com isso, destacamos como ocorreu o processo de urbanização na cidade de Florianópolis e, especificamente no Maciço do Morro da Cruz.

No que diz respeito a terceira seção, aborda-se a trajetória das famílias beneficiárias desde o ano de 2008 até 2011, como aconteceu o processo de inserção ao benefício e como se deu os impasses ocorridos durante esses anos entre os órgãos responsáveis pelo atendimento. Com isso e neste contexto, realiza-se o debate acerca da intersectorialidade.

Nesta seção ainda são apresentados os dados da pesquisa realizada com os profissionais de serviço social e com os beneficiários do aluguel social. São expostos o perfil de cada entrevistado e o seu ponto de vista em relação ao auxílio eventual.

Na quarta seção, estão expressas as considerações finais desse trabalho, onde são retomados os conceitos de moradia e da questão urbana, buscando analisar com isso as entrevistas realizadas. É sugerido um planejamento para o atendimento das vítimas de desastres naturais e ainda aborda os desafios postos e sugestões para o Serviço Social da SMHSA.



## 2 QUESTÃO URBANA E O DIREITO A MORADIA

Neste trabalho, partimos da seguinte assertiva: "a questão da moradia é uma questão urbana" (JUSTINO, 2011, p. 19), e, para que possamos compreender esta afirmação da autora, abordaremos os conceitos de *urbano* e de *moradia*.

O urbano no mundo contemporâneo "é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social" (MONTE-MÓR, 2006, p.9). Este adjetivo recentemente ganhou autonomia, pois anteriormente estava sempre atrelado ao campo e tem presente "uma gama de relações culturais, sócio-econômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade" (MONTE-MÓR, 2006, p.6).

Temos presente também a sociedade urbana, termo este trazido por Lefèbvre e definida como "àquela que nasce da industrialização" (1999, p.15). Neste processo, a questão urbana é trazida como uma revolução, como tantas outras, sendo que não tem ações violentas, mas não exclui os diversos problemas urbanos:

A Revolução Urbana, [...] enquanto conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano. (LEFÈBVRE, 1999, p.19).

A questão urbana não teve mais como ser ignorada pela sua dimensão e abrangência e passou a ser tema de política pública e de planejamento. A cidade, é lócus de manifestação de todas as contradições capitalistas. Conforme Silva e Silva:

O urbano, representado pela cidade capitalista, constitui o espaço onde se dá a dinâmica produzida pelo confronto dos sujeitos sociais considerados, sendo a cidade percebida como um processo de lutas e conquistas. Enquanto produto de uma construção histórica que assume feições peculiares em cada fase do desenvolvimento capitalista, o urbano se coloca como uma problemática concreta e determinada, por se construir instância de reprodução do capital e de reprodução das classes sociais, sendo que a lógica de sua construção histórica se responsabiliza por criar uma realidade contraditória ao propiciar, de um lado, através da produção, a agregação do

trabalhador na fábrica e, de outro lado, a concentração social segregativo da moradia, no âmbito da esfera da reprodução, gerando condições objetivas para a construção da residência popular, tanto a partir do local de trabalho, como do local de moradia. (1989, p.10).

Assim, o espaço urbano na sociedade capitalista é determinado pelas forças produtivas, estando presente a produção e a reprodução da força de trabalho e ainda todas as manifestações e questões políticas inerentes à esta sociedade. Engels discutem também que "a aglomeração urbana é determinada pela tendência constante do capitalismo em diminuir o tempo de produção e o tempo de circulação" (1982, p. 152-153).

Já na concepção de Castells (1983):

[...] em termos sociológicos, há dois sentidos distintos do termo urbanização: a) urbanização como concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; b) urbanização, enquanto difusão do sistema de valores, atividades e comportamentos denominados de cultura urbana. Nesse sentido o urbano é visto como uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, sendo o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, implicando uma diferenciação funcional e social maior (*apud* SILVA, 1989, p.14).

Destacamos aqui que a urbanização não pode ser apenas um fato demográfico tendo características de aglomeração da população em um território, pois existem relações presentes no espaço urbano. De acordo com Carlos (2007):

No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. A idéia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*; ele é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida. É, todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital. (CARLOS, 2007, p. 26-27).

Assim, podemos observar que é no espaço urbano, dentro das cidades, que ocorre a disputa por um pedaço de terra, um local para e viver e onde as famílias possam concretizar seu direito à moradia. Essa disputa se expressa no que

concerne a propriedade da terra e esta enquanto mercadoria, pois de um lado estão os detentores do capital, que pagam pela terra para obtenção do lucro via especulação e construção imobiliária e de outro lado os que buscam o acesso à terra para manutenção de sua vida. Já a habitação pode ser definida de diversas formas, assim como destaca Branco (1984):

[...] pode ser definida como a estrutura material em que se abriga uma família; o cenário em que sua vida se desenrola. A habitação configura a família. Em primeiro lugar, no aspecto material: a higiene da casa tem influência sobre a saúde dos ocupantes. Outrossim, no aspecto educativo, uma casa atrai sua comodidade, exerce insuspeitada influencia no comportamento dos casais e filhos, assim como em suas relações mútuas. A habitação está intimamente ligada à economia [...] os economicistas observam que o ritmo das construções de moradia é o expoente mais eloqüente do grau de prosperidade de um país, num dado momento [...] Quando escasseiam-se as habitações e, em consequência se ele exageradamente seu preço, a economia familiar se desequilibra; ou o que é pior as famílias se veem obrigadas a se alojarem em casas que não atendem as suas necessidades e exigências... (BRANCO, 1984, p.12)

A habitação expressa relações sociais tanto no seio da comunidade que está inserida, pois é formada por pessoas com objetivos em comum que ultrapassam os interesses individuais, o interesse de conquista do seu espaço, como também com a sociedade, através das relações interpessoais com base nos interesses individuais. Com a habitação cria-se uma identidade familiar que provoca o pertencimento de uma parte do espaço urbano.

Em termos conceituais, enquanto habitação se refere aos aspectos mais físicos, uma construção propriamente dita, a moradia tem um sentido mais amplo, pois engloba também os aspectos e equipamentos sociais do entorno e acesso à própria edificação, como escola, ruas, mobilidade, saneamento, entre outros. A moradia é necessidade intrínseca do indivíduo e sua família, até porque é ela que identifica "uma civilização, independente do tempo, lugar ou localidade" (JUSTINO, 2011, p. 15). A cultura da população também pode ser manifestada através de sua habitação, pois:

a casa é uma das manifestações mais típicas das civilizações, através dos tempos e lugares... varia segundo as diversas condições geográficas das regiões em que é construída... e ainda está ligada ao grau de estabilidade dos povos (BRANCO, 1984, p.12).

Assim, encontramos alguns estudiosos que destacam que a "habitação remete apenas à edificação ou a casa propriamente" (OLIVA, 2009, p. 45), sendo que a infraestrutura para o local onde a moradia está localizada não seria de tão relevância para a comodidade e até mesmo a sobrevivência dessas famílias. Portanto, a localização da família no espaço urbano determina o acesso ou não acesso social à diversos serviços urbanos.

Deste modo, a questão habitacional, igualmente à urbanização, está intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo, pois segundo Engels (1984):

A questão da moradia é um problema social antigo que sempre atingiu de forma bastante semelhante todas as classes sociais oprimidas em todos os tempos. No entanto, houve um agravamento e afluência da questão quando esta passou a atingir, além dos proletários, outros segmentos de classes em decorrência da aceleração do processo de industrialização. A questão da moradia torna-se um problema estrutural do modo de produção capitalista em virtude da desigualdade na distribuição da renda, que acentua o aprofundamento da miséria ao lado da expansão da riqueza provocando graves consequências, como os baixos salários, o desemprego, a dificuldade de suprir as necessidades básicas. (p. 25-26).

Podemos discutir ainda o que seria uma moradia adequada, que é perceber e possibilitar ao cidadão além de um "teto" para morar, que sua casa seja um local que possibilite desenvolver e garantir seus direitos econômicos e sociais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo XXV, cita que toda a pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário e alimentação.

Existem ainda classificações para habitações destinadas as famílias denominadas de baixa renda. Conforme Oliva:

No Brasil, habitações destinadas aos indivíduos de baixa renda e vinculadas a programas oficiais são denominados de habitação de interesse social (HIS), e com função de atender as necessidades de populações com renda familiar mensal entre zero e três salários mínimos. O termo habitação de interesse social define uma série de soluções de moradia voltada à população de baixa renda. O termo tem prevalecido nos estudos sobre gestão habitacional e vem sendo utilizado por várias instituições e agências, ao lado de outros termos equivalentes, a exemplo de habitação de baixo custo, habitação para populações de baixa renda, habitação popular. (2009, p. 45).

A habitação de interesse social está ligada a fatores da renda da população de baixo rendimento que não tem acesso a nenhum tipo de financiamento para a

aquisição da casa própria. Havendo a prática da política habitacional em âmbito municipal amplia-se o acesso da população de baixa renda ao mercado formal de habitação, incluindo serviços urbanos, infraestrutura e equipamentos sociais, freiando o crescimento de assentamentos precários e assegurando o direito à moradia a esta população, mesmo que com caráter ideológico.

De acordo com o Projeto Moradia, a moradia digna,

tanto urbana como rural - deve necessariamente: Estar ligada às redes de infra-estrutura (transporte coletivo, água, esgoto, luz, coleta de lixo, telefone, pavimentação); Localizar-se em áreas servidas ou acessíveis por meio de transporte público - por equipamentos sociais básicos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer; Dispor de instalações sanitárias adequadas, e ter garantidas as condições mínimas de conforto ambiental e habitabilidade, de acordo com padrões técnicos. Ser ocupada por uma única família (a menos de outra opção voluntária), contar com pelo menos um dormitório permanente para cada dois moradores adultos. (BRASIL, 2000, p. 3).

A habitação é o local onde a família está antes e depois da sua jornada de trabalho, ela é utilizada para o descanso, nela também são realizadas a alimentação, atividades fisiológicas e o convívio social. É espaço para recomposição da vida. Para que isso ocorra a habitação deve ter as condições mínimas de habitabilidade e infraestrutura apontadas acima.

Uma habitação adequada inclui: segurança legal de posse, disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura, custo acessível, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. Para isso, é imprescindível que as políticas habitacionais não sejam construídas apenas nas periferias, aonde toda a acessibilidade e condições de moradia adequada ficam apenas no planejamento. Desta forma, vê-se a importância e centralidade de políticas habitacionais efetivas e que possibilitem o acesso à uma vida mais saudável e segura aos cidadãos.

O acesso da população à habitação e à cidade é um direito dos cidadãos, mas estão submetidos aos interesses capitalistas como destacamos anteriormente, pois a moradia é tratada como mercadoria. Essa mercadoria tem um valor acima das condições de compra da maioria da população. A população de baixa renda que não tem condições de pagar por terras, as quais têm um alto custo, acabam por ocupar periferias e favelas, tornando-se uma solução de moradia para essas pessoas. Como exemplifica Justino:

Moradia também reflete modos de produção. Na sua dimensão estrutural, é um fenômeno que se insere no contexto do desenvolvimento do capitalismo e se desenvolve no âmbito da constituição do urbano enquanto centro de concentração do capital e da força de trabalho. Logo, a política urbana e habitacional é permeada pelas contradições próprias deste mesmo sistema, daí a importância de relacionar a política de habitação à política urbana. (JUSTINO, 2011, p. 16)

Por tratar-se de uma mercadoria de valor e significado social e estando relacionada com as necessidades básicas do ser social, o poder público deve implementar políticas que viabilizem o acesso da população à moradias, por tratar-se de um direito conquistado na Constituição Federal de 1988.

A partir disto, podemos abordar aqui a atuação do profissional do Serviço Social, pois esta profissão contribui na viabilização do acesso da população aos seus direitos, elaborando, implementando e executando políticas públicas eficientes. Segundo Yamamoto (1994) as ações do assistente social devem estar pautadas num caráter democrático e crítico da realidade, visando o fortalecimento da autonomia e a emancipação da população atendida.

O acesso à habitação é uma das necessidades sociais em que é preciso políticas públicas eficazes para diminuir o déficit habitacional existente no país atualmente. Essas políticas devem alterar as condições que desencadeiam a produção de moradias precárias em favelas, e não apenas os problemas já ligados à sua existência.

## **2.1 O DIREITO A MORADIA ANTES E APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

O direito à moradia após a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, é resultante de um processo histórico anterior, que brevemente retomaremos.

Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a moradia adequada foi reconhecida como um direito humano e entendido como um direito universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo enquanto um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas.

Mesmo com essa declaração reconhecida no Brasil e o tema presente em todas as Constituições Brasileiras já desde 1934, o acesso a moradia era negado, somente

No início dos anos 60, num contexto de efervescência política e econômica e de forte pressão social, que a questão habitacional passou a ser efetivamente assumida enquanto questão social, em que pesem as tentativas de política habitacional seletivas e compensatórias existentes, como as Carteiras Prediais e a Fundação Casa Popular antes desta década. (JUSTINO, 2011, p. 21).

No ano de 1964 houve a criação do Banco Nacional da Habitação - BNH, com a aprovação da Lei nº 4.380, onde se tinha o objetivo de construir e ainda adquirir a casa própria, em conjunto com o Plano Nacional de Habitação. Foi neste mesmo período e na mesma lei que houve a criação das Companhias de Habitações - COHAB's:

A atribuição seria funcionar como agente financeiro do BNH, vinculada aos programas populares que atenderiam famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos. As COHAB's eram instituições sem fins lucrativos, de economia mista, com capital majoritariamente vindo do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). (JUSTINO, 2011, p. 22).

Com a extinção do BNH no ano de 1986, o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi criado no governo de José Sarney, onde "a metodologia de atuação previa a descentralização de linhas de crédito para as prefeituras e a busca de projetos alternativos de produção habitacional e de infraestrutura" (JUSTINO, 2011, p. 25).

O direito a moradia começou a ser concretizado a partir da reforma urbana instalada no país na década de 1980, quando a política urbana entra em processo de discussão por consequência do processo de redemocratização do país, através do surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Este movimento ocorreu pela luta dos movimentos sociais que tinham sua preocupação voltada à moradia dos brasileiros. Segundo Bassul (*apud* Maricato,):

O Movimento pela Reforma Urbana surgiu de iniciativas de setores da igreja católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra que se dedicava à assessoria da luta dos trabalhadores no campo e passou, a partir de uma primeira reunião realizada no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970, a promover encontros destinados a auxiliar a construção de uma entidade que assessorasse os movimentos urbanos (1997,s.p.)

E, foi no período 1987/1988 que aconteceram as discussões para elaboração da Constituição Federal quando o Movimento pela Reforma Urbana intensificou sua pressão para que a inserção do direito à cidade fosse incluído na nova carta constituinte. Assim, a materialização do processo da reforma urbana deve-se, ainda, a proposta na Assembléia Nacional Constituinte instalada em 1986.

A Constituição de 1988 introduz modificações no cenário brasileiro, uma vez que se incorporou pleitos dos movimentos sociais, contemplados na formulação dos artigos 182 e 183, no Capítulo da Política Urbana.

No Capítulo II - Da Política Urbana está descrito:

**Art. 182.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificações compulsórias;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelar anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**Art. 183.** Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 estão em conformidade com o direito à moradia também materializado no artigo 6º, Capítulo II – Dos Direitos Sociais:



Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Ainda, a Constituição Federal de 1988 descreve em seu preâmbulo:

Foi criada para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional. (BRASIL, 1988, p.12)

Todavia, na legislação não é discriminado quais os padrões adequados de uma moradia digna. O direito a moradia não se resume a um teto e quatro paredes, mas circunda o direito de uma pessoa ter acesso a um lar, uma comunidade segura para que assim possa viver em paz, ter dignidade e ainda saúde mental e física.

Outra importante conquista aconteceu motivada pela organização política dos movimentos sociais, qual seja o Estatuto da Cidade, através da Lei nº 10.257, de Julho de 2001. Este estabelece como principal instrumento para o desenvolvimento da cidade o Plano Diretor. Segundo Bassul,

O Estatuto da Cidade é uma “caixa de ferramentas” à disposição dos municípios, a “chave” para abri-la, na metáfora de Raquel Rolnik, é o plano diretor. Esse instrumento de planejamento especialmente nos anos 1970, pautou a idéia de que a formulação de uma política urbana deveria ocorrer no âmbito de uma esfera técnica da administração pública, sequer constava da emenda popular da Reforma Urbana. No entanto, em decorrência dos embates do processo constituinte, não apenas ressurgiu, como passou a constituir referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana e agora, nos termos do art. 40, § 1º, do Estatuto da Cidade, para a elaboração das leis orçamentárias municipais; o que dá a medida de sua importância para a gestão das cidades. (1997, s.p.)

O Estatuto da Cidade é um marco legal de conquista da sociedade brasileira, representando o resultado de um movimento político-técnico que busca uma alternativa ao modelo de urbanização vigente. Contempla especialmente pautas de luta do movimento pela reforma urbana, este formado por profissionais de diversas áreas vinculadas ao planejamento urbano, e ainda, a presença tão importante dos movimentos populares ligados a questão urbana.

O movimento pela reforma urbana já foi vitorioso quando conseguiu a inserção de um capítulo a respeito da reforma urbana na Constituição Federal de 1988 através dos artigos 182 e 183. Na seqüência, depois de doze anos, a Lei 10.257 - Estatuto das Cidades é aprovado e podendo, assim, regularizar o capítulo da reforma urbana da Constituição.

A elaboração do Estatuto da Cidade foi decorrente de um processo democrático, pois houve a participação direta dos atores sociais, anteriormente excluídos do processo de urbanização e ainda do planejamento urbano ou, ainda, que sofreram pela falta deste planejamento no nosso país.

O Estatuto da Cidade evidencia a complexidade do planejamento urbano, o qual na contemporaneidade deve ser construído com a participação pública, no qual os cidadãos tenham espaço para suas manifestações e decisões.

Por fim, vale mencionar, como se realiza a execução da política urbana e da política de habitação. Conforme destacado por Justino "os municípios, após aprovação da CF 88 e do Estatuto da Cidade, passam a executar um papel cada vez mais central na execução da política urbana e nas políticas públicas, devido à descentralização do país". Já na política de habitação, a autora informa que "a CF 88 sinaliza que esta deve ser desenvolvida pelas três esferas de governo, mas sem qualquer indicativo de quais seriam as responsabilidades e as diretrizes de cada esfera". (2011, p. 30).

Com a descentralização do país em relação a política urbana e sem a definição das responsabilidades e diretrizes de cada esfera de governo, ocorre a desresponsabilização do Estado, onde as esferas de âmbito municipal e estadual aguardam a sinalização e a disponibilidade de recursos do governo federal para a execução da política habitacional através de programas e projetos focalizados.

Com isso abordaremos a seguir como o governo federal está realizando a política urbana no país através do programa de aceleração do crescimento.

## **2.2 PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

Com as eleições vitoriosas no ano de 2002, Luis Inácio Lula da Silva, assumiu a presidência do país no ano seguinte. Já no início do seu governo buscou dar respostas à população em relação a questão da habitação, transporte, urbanismo, saneamento e ainda a ordenação territorial, criando o Ministério das Cidades em

2003. Este órgão passou a ser responsável pela efetivação da Política Urbana, sendo o Estatuto da Cidade seu instrumento principal. Segundo Rolnik:

O Ministério das Cidades tem como ideia fundamental, integrar num mesmo organismo a política da habitação, a política de saneamento ambiental, a política de transporte urbano e a política de controle de uso do solo, e planejamento urbano. A ideia é integrar as diretrizes desta política. Já que o controle do solo e planejamento é uma competência municipal, cada cidade tem que fazer o seu, para que o transporte, habitação, saneamento, dialoguem através de uma política integrada de produção da cidade e não de uma política setorial. (2003, p. 227).

Com isso, podemos ressaltar que o Ministério das Cidades tem como sua responsabilidade a Política de Habitação através da Secretaria Nacional de Habitação. Esta passou a coordenar seis programas, tendo como objetivo diminuir o déficit habitacional no Brasil, sendo eles conforme o Ministério das Cidades (2003):

- Habitar Brasil BID (HBB): elevar os padrões de habitabilidade e qualidade de vida das famílias com renda de até 3 salários mínimos, encerrado em 2005;
- Pró Moradia: apoiar o Poder Público com empréstimos de recursos de FGTS, e com o desenvolvimento de alternativas habitacionais e de ações integradas com outras políticas setoriais, que resultassem na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda;
- Morar Melhor: viabilizar o acesso à moradia e elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias de baixa renda, consideradas com rendimento mensal de até 3 salários mínimos;
- Carta de Crédito: ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana, tendo como público alvo, pessoas físicas com rendimento familiar de até 12 salários mínimos, na forma individual, e de até 20 salários mínimos, visando também à forma associativa;
- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social: permitir acesso à moradia para segmentos populacionais de renda para pessoa física de R\$ 580,00 para complementação do valor na compra da unidade, e pessoa física com renda até R\$ 1.000,00 para a manutenção de equilíbrio financeiro;
- Programa de Arrendamento Familiar: propiciar uma alternativa à casa própria para famílias com renda mensal de até 6 salários mínimos, através de arrendamento residencial com opção futura da compra.(MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2003)

No ano de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, ocorreu a I Conferência Nacional das Cidades. De acordo com o Ministério das Cidades, ocorreu nos dias 23 a 26 de outubro, em Brasília, onde reuniu 2,5 mil delegados dos

27 estados, onde debateram temas e propuseram diretrizes para nortear as políticas de desenvolvimento urbano.

A Política Nacional de Habitação é regida por leis, sobretudo, o Estatuto da Cidade, através da Lei 10.257/2001, a Lei 8.677/1993 que institui o Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, a Lei 11.124/2005 que estabelece o Fundo Nacional de Interesse Social, as Portarias nº 142/2005, 231/2004 que definem o Programa de Arrendamento Residencial, e o Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social através da Portaria nº 295 de 2005. (JUSTINO, 2011)

Com o seguimento de Luiz Inácio Lula da Silva no segundo mandato a partir de 2007 foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Este Programa tem seu enfoque nas áreas econômica, social e política. Visa a expansão do crescimento do país através do investimento em infraestrutura que estimulam os setores produtivos. Segundo o Programa, este objetiva proporcionar o desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades regionais:

A expansão do investimento em infraestrutura é condição para a aceleração do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia; aumento da produtividade e, superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais (BRASIL, PAC 2007, p.15).

Segundo Rocha (2010), com a aprovação do "Manual de Instruções para a Aprovação e Execução do Programas e Ações do Ministério das Cidades", publicados através da Portaria nº 411 de 28 de agosto de 2008, o PAC foi complementado com as seguintes ações: (i) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, (ii) Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, e (iii) Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social.

Ainda de acordo com Rocha:

O PAC, efetivamente, é composto por dois grandes eixos que norteiam sua implantação: *um* com obras na área de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas, e *outro* de urbanização de favelas e saneamento. Assim, em nível de organização, a forma prevista para a gestão do programa compõe cinco eixos de intervenção, como: melhoria do ambiente de investimento, estímulo ao crédito e ao financiamento (sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infraestrutura), desoneração e

administração tributária, medidas fiscais de longo prazo, e por fim, investimentos em infraestrutura (2010, p.18).

Está previsto o investimento de aproximadamente 503,9 bilhões de reais num período de quatro anos (2007 – 2010) divididos entre três eixos de macroações: Logística, Energética e Social e Urbano. O eixo de Logística abrange obras como: portos, aeroportos, ferrovias e rodovias; na Energética encontramos investimentos na geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; no eixo Social e Urbana estão as iniciativas em infraestrutura urbana como saneamento, habitação, recursos hídricos e elétricos para a população. Esse último eixo foi contemplado com a menor parcela dos recursos financeiros destinado ao PAC, 170,8 bilhões, enquanto que a energética e a logística – imprescindíveis ao crescimento das grandes indústrias, na sua maioria de capital privado e transnacionais – totalizaram 333,1 bilhões, conforme tabela abaixo:

Tabela 01 – Previsão de Investimento até o ano de 2010

<b>BRASIL</b>					
<b>PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010</b>					
<b>R\$ bilhões</b>					
<b>REGIÃO</b>	<b>LOGÍSTICA</b>	<b>ENERGÉTICA</b>	<b>SOCIAL E URBANA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9	16
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4	25
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5	40
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5	12
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1	7
Subtotal	-	-	-	323,4	100
Nacional	28,4	101,7	50,4	180,5	-
<b>TOTAL</b>	<b>58,3</b>	<b>274,8</b>	<b>170,8</b>	<b>503,9</b>	<b>323,4</b>

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. 2007-2010.

Podemos observar ainda conforme a tabela acima que, a Região Sul do país também teve um dos menores investimentos, antecedido apenas pelo Centro-Oeste

brasileiro, com 37,5 bilhões, dos quais Santa Catarina aplicará 533,7 milhões na macro-ação Social e Urbana, beneficiando 20% da população do estado. Através da Resolução Recomendada nº 34, de 1º de Março de 2007, o Ministério das Cidades apresenta que:

[...] o PAC é uma oportunidade ímpar para um novo ciclo de desenvolvimento para o país, implementando os planos diretores participativos e integrando as políticas públicas setoriais em cada região e que para potencializar os aspectos positivos e evitar o crescimento urbano desordenado, assim como promover a recuperação sócio-ambiental das cidades que crescem de forma desequilibrada, é necessária uma grande mobilização da sociedade para que cidades e regiões se preparem e fortaleçam o processo de planejamento e gestão participativos consolidando os mecanismos de controle social e respeitando as diretrizes estabelecidas nas conferências municipais e demais espaços de pactuação sócio-territorial [...] (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, p. 2-3).

No estado de Santa Catarina, o maior investimento do PAC em relação as ações de infraestrutura social e urbana se dá na cidade de Florianópolis, desde 2007, onde segue na implantação de processos de urbanização de assentamentos precários no Maciço do Morro da Cruz.

O Projeto Maciço do Morro da Cruz possui como foco o desenvolvimento de:

[...] um conjunto de intervenções em infraestrutura, saneamento, habitações, educação ambiental e serviços sociais, nas 16 comunidades do Maciço com investimentos de R\$ 54,6 milhões numa composição de recursos de três esferas de governo, propondo uma alteração nessa realidade social com a melhoria da qualidade de vida e saúde dos habitantes. (SMHSA, Sub-Projeto de Trabalho Técnico Social, Florianópolis, 2007).

O trabalho técnico social é um dos subprojetos do Projeto do Maciço do Morro da Cruz e é desenvolvido por profissionais e estagiários do Serviço Social. Estes acompanham diretamente os trabalhos desenvolvidos nas 16 comunidades, com a articulação de profissionais de outras áreas, como urbanistas, engenheiros civis, sanitaristas e ambientais, na perspectiva de trabalho interdisciplinar<sup>1</sup>. Pois,

---

<sup>1</sup> Quando falamos em interdisciplinaridade, estamos de algum modo nos referindo a uma espécie de interação entre as disciplinas ou áreas do saber. Todavia, essa interação pode acontecer em níveis de complexidade diferentes. E é justamente para distinguir tais níveis que termos como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade foram criados. (CARLOS, p.1).

(...) o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais. (IAMAMOTO, 2006, p.63)

Em termos metodológicos, o trabalho estrutura-se em três macro-ações: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária Ambiental e Geração de Trabalho e Renda, ou seja:

(...) são as ações que permeiam todo o processo de intervenção programada, desde a preparação das comunidades para discutir, assimilar e decidir sobre os rumos do projeto até se apropriar das mudanças implementadas e avaliar o processo, assegurando o alcance dos objetivos propostos e a sustentabilidade do empreendimento. (SMHSA, Sub-Projeto de Trabalho Técnico Social, Florianópolis, 2007)

No trabalho técnico social, especificamente o Serviço Social, tem como finalidade promover a participação dos moradores em todos os processos e atividades executadas pelo projeto, fazendo com que haja a apropriação das benfeitorias e a sustentabilidade dos serviços implantados. Para isso, o profissional deve conhecer a realidade local e, conforme Yazbek, (2007), "o ponto de partida para qualquer profissão é a realidade social", logo, também para o Serviço Social.

Para os profissionais de Serviço Social os moradores têm o papel de protagonistas do projeto, e objetiva-se, uma gestão democrática. Neste sentido, caminha-se ao encontro ao que está posto no Código de Ética da Profissão, sobretudo no que se refere a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Ainda, o trabalho técnico social está igualmente pautado no Estatuto da Cidade ao expressar que :

O direito à cidade – democratizando o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença. (BRASIL, 2001,p. 04)

A execução do Projeto do MMC estava previsto durante os anos 2007-2011, mas os trabalhos estão atrasados, mesmo assim já está se pensando no PAC 2 lançado no dia 29 de março de 2010, em Brasília. O PAC 2, conforme Rocha:

prevê recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em diversos segmentos como: transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação, sendo este último destinado ao acompanhamento social das obras previstas e a aquisição de moradias, quando necessário (2010, p. 20).

O PAC 1 sofreu críticas por todo país, sendo a principal delas o fato dos investimentos não terem sido cumpridos nem na metade. Na mídia eletrônica a oposição considera que: “O PAC é uma gerência de uma colagem de um conjunto de obras”, mesmo que algumas delas sejam importantes e necessárias. Ainda, “O que temos ali é um gerenciamento dessas obras, para ver como estão os recursos, para ver como está o licenciamento, o projeto de viabilidade econômica e técnica.” (GLOBO, 2010).

Podemos mencionar que esse tipo de Programa muitas vezes é utilizado como propaganda política, sendo que os projetos e programas deveriam ser uma política de Estado<sup>2</sup> e não uma política de Governo<sup>3</sup>, para que assim os governantes possam realmente atuar para a qualidade de vida da população de baixa renda.

Historicamente tem-se elaborado programas e projetos no Brasil sem a devida participação popular. Mas o PAC procura avançar neste sentido. Muito ainda há por ser melhorado, e a inserção dos sujeitos em espaços de discussão já é um início para tal.

## 2.3 PONDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO

---

<sup>2</sup> Conforme Almeida, “Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. O trabalho da burocracia pode levar meses, bem como o eventual exame e discussão no Parlamento, pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.” (2009, s.p.)

<sup>3</sup> “Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais. (ALMEIDA, 2009, s.p.)



A urbanização é o “processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural, não se trata de mero crescimento das cidades, mas de um fenômeno de concentração urbana” (MUKAI, 1988, p.3). Esse processo de concentração da população em áreas urbanas não é recente, pois segundo Menezes:

Ele faz parte de uma evolução que vem desde os anos 40, quando se iniciou a concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores, atingindo seu apogeu na década de 1970. Somente na década de 1980 teve início, pela primeira vez, um processo de redução do ritmo de crescimento dos municípios-núcleos das metrópoles, acompanhado pelo maior crescimento da população dos municípios periféricos. (1996, p. 76)

Com o processo de urbanização houve a elevação da demanda por empregos, moradias e serviços públicos nas áreas da cidade. E a questão social<sup>4</sup> é cada vez mais urbana, bem com o a pobreza decorrente das desigualdades e injustiças vividas pela população trabalhadora das cidades. Para Arcoverde (1999, p. 78) as desigualdades e injustiças sociais “somente se tornam questão social quando, de fato, são reconhecidas e assumidas por um dos setores da sociedade, com o objetivo de enfrentá-las, torná-las públicas e de transformá-las em demanda política”, como é o caso da questão urbana.

Com isso, vamos abordar em seguida como se deu o processo de urbanização na cidade de Florianópolis e ainda nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

### 2.3.1 A Realidade Citadina em Florianópolis

Conforme descrito na Política Habitacional de Florianópolis (2009), a fundação da cidade propriamente dita se deu no ano de 1675, no século XVIII, com a chegada de cerca de 5.000 imigrantes bandeirantes paulistas e ainda com a vinda de Francisco Dias Velho, impulsionando o surgimento da cidade. Na época, o

<sup>4</sup> De acordo com Arcoverde, “a questão social é o substrato que dá fundamento ao Serviço Social, enquanto especialização do trabalho humano. Com base de surgimento e desdobramento do Serviço Social a questão social assume duplo sentido: um, amplo, abrange o conjunto das contradições e conflitos que, ainda que tenham se originado na constituição e natureza da sociedade, incidem sobre ela, questionando-a e, por vezes, freando o seu processo de mudança. No sentido estrito, corresponde às manifestações concretas e peculiares daquelas mesmas contradições e conflitos envolvendo pessoas, grupos, populações, organizações etc. em nível local, requerendo reconhecimento e enfrentamento pelos sujeitos sociais.” (1999, p. 75).

povoado era chamado de Desterro, em homenagem à padroeira do local, Nossa Senhora do Desterro.

Segundo dados da história da cidade registrada pelo IPUF (1993):

A partir desta data intensifica-se o fluxo de paulistas e vicentistas que ocupam vários outros pontos do litoral. Em 1726, Nossa Senhora do Desterro é elevada a categoria de vila, a partir de seu desmembramento de Laguna.

A ilha de Santa Catarina, por sua invejável posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil meridional, passa a ser ocupada militarmente a partir de 1737, quando começam a ser erigidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território. Esse fato resultou num importante passo na ocupação da ilha.

Com a ocupação, tiveram prosperidade a agricultura e a indústria manufatureira de algodão e linho, permanecendo, ainda hoje, resquícios desse passado no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro.

Nesta época, meados do século XVIII, verifica-se a implantação das "armações" para pesca da baleia, em Armação da Piedade (Governador Celso Ramos) e Armação do Pântano do Sul (Florianópolis), cujo óleo era comercializado pela Coroa fora de Santa Catarina, não trazendo benefício econômico à região.

No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade; tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. Projetou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras urbanas. A modernização política e a organização de atividades culturais também se destacaram, marcando inclusive os preparativos para a recepção ao Imperador D. Pedro II (1845). (IPUF, 1993).

Com o fim da Revolução Federalista em 1894, Hercílio Luz mudou o nome da cidade para Florianópolis em homenagem ao então Presidente da República Floriano Peixoto. Em relação à economia da cidade, até a década de 1930 era baseada quase que exclusivamente na agricultura e também na pesca.

De acordo com a Política Habitacional de Florianópolis, no período de 1940 a 1960, houve um aumento do mercado de terras e a concepção de diversos loteamentos a favor da mercantilização do solo urbano. A população existente na década de 1950 era de 58.264 habitantes. Durante a década de 1960, Florianópolis começou a apresentar características da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, quando ocorreu a implantação da rede de energia elétrica, sistema de abastecimento de água e ainda a captação de esgoto sanitário.

Assim, com o momento vivido pela política desenvolvimentista, a cidade de Florianópolis recebe núcleos de empresas estatais e privadas como a Eletrosul, a CELESC e TELESC, universidades como a UDESC, o Hospital Universitário e o Hospital Infantil Joana de Gusmão, o Complexo da Penitenciária Estadual. A

instalação destas empresas e instituições faz a capital de Santa Catarina ser identificada como centro político e administrativo do estado e moradia dos trabalhadores, tanto da construção civil, responsáveis pela edificação das novas estruturas, quanto aqueles que posteriormente se instalariam nas novas instituições. Neste contexto, “a crescente urbanização obrigou e obriga parcelas populacionais a ocupar espaços irregulares, sem condições mínimas de habitabilidade, além de desprovidos de serviços e infraestrutura.” (PIACENTINI, 2008, p.54).

Nos mesmos anos 1970 houve um “boom imobiliário” conforme Campos (2004), devido ao aumento das vagas de trabalho e ao crescimento da construção civil com recursos do Sistema Financeiro da Habitação. Com esses recursos foram realizadas construções para atender as famílias de baixa renda, através de conjuntos habitacionais nas periferias da cidade. Foi nesta época que as agressões ao meio ambiente e as ocupações irregulares para construção de habitações se intensificaram.

A grande expansão do território urbano iniciou nos anos de 1980, quando o foco era o desenvolvimento do turismo e o aumento do sistema viário no acesso para a cidade e seus balneários, intensificando, assim, a ocupação do solo. Com o aumento do território urbano motivado pelas iniciativas para o desenvolvimento do turismo, houve a necessidade de expansão do sistema viário para melhorar o acesso ao município. Os resultados deste processo a desigualdade social e o agravamento dos problemas urbanos e ambientais, cujos motivos se concentram na falta de planejamento urbano.

No entanto, os problemas relacionados à ocupação irregular não se limitam à população pobre, mas também às famílias que sofrem o processo de precarização das condições vida e de habitabilidade, situação agravada pela intensificação de migrações.

Atualmente Florianópolis, como capital e cidade de médio porte, conta com uma população de 421.240 habitantes. O número de pessoas residindo na área urbana chega a 405.286, sua extensão territorial é de 671,578 km<sup>2</sup> e apresenta uma densidade demográfica de 627,24 hab/km<sup>2</sup>, conforme dados do IBGE 2010. A capital do Estado de Santa Catarina integra-se a um aglomerado de municípios totalizando 22 cidades, conhecida como a Grande Florianópolis, e destaca-se, além do seu centro político-administrativo, pelo grande potencial nas áreas do comércio, indústria do vestuário, ao grande crescimento no setor da tecnologia, bem como do turismo, o

qual “ocupa a quarta posição como destino internacional de eventos no Brasil” (SETUR, 2010, p.2).

A população da cidade aumentou também devido as migrações motivadas da propaganda realizada em campanhas publicitárias como a “Ilha da Magia”, local onde a qualidade de vida existe.

O crescimento da capital do Estado não atraiu apenas aquelas pessoas que estão em busca de um lugar tranquilo para viver e longe dos tumultos das cidades grandes, com alto poder aquisitivo. A população de baixa renda também veio atrás da qualidade de vida, com isso aumenta a necessidade de emprego na cidade, de prestação de serviços públicos e precisam instalar-se em locais com infraestrutura e próximo ao seu local de trabalho, mas esses são itens que não foram planejados anteriormente a divulgação da cidade.

Com isso, o processo de urbanização de Florianópolis se deu de maneira desordenada e socialmente desigual, motivado pela crescente especulação imobiliária que tornou inviável a moradia digna para grande parcela dos migrantes e restringiu-lhes a ocupação às áreas de risco, como as franjas dos manguezais, as pontas das dunas e as encostas dos morros, visível no caso do Maciço Morro da Cruz. Decorrente deste processo existem hoje no município 64 assentamentos precários, sendo 84% com renda que não ultrapassa dois salários mínimos, vivendo em habitações com frágil infraestrutura urbana e de equipamentos sociais. (SMHSA, 2007).

Desta forma, iremos abordar a seguir como ocorreu o processo de urbanização no Maciço do Morro da Cruz, um dos maiores assentamento precários presente na cidade de Florianópolis.

### 2.3.2 A Ocupação do Maciço do Morro da Cruz

O Maciço do Morro da Cruz começou a ser ocupado no final do século XIX, período no qual acontecia a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com isso, os soldados que participaram da guerra acabaram instalando-se na cidade e mais tarde operários vindos para a construção da Ponte Hercílio Luz. Essa população se

instalou nas regiões mais baixas da encostas, principalmente nas áreas próximas ao centro da cidade e a ponte, como a comunidade do Mocotó.

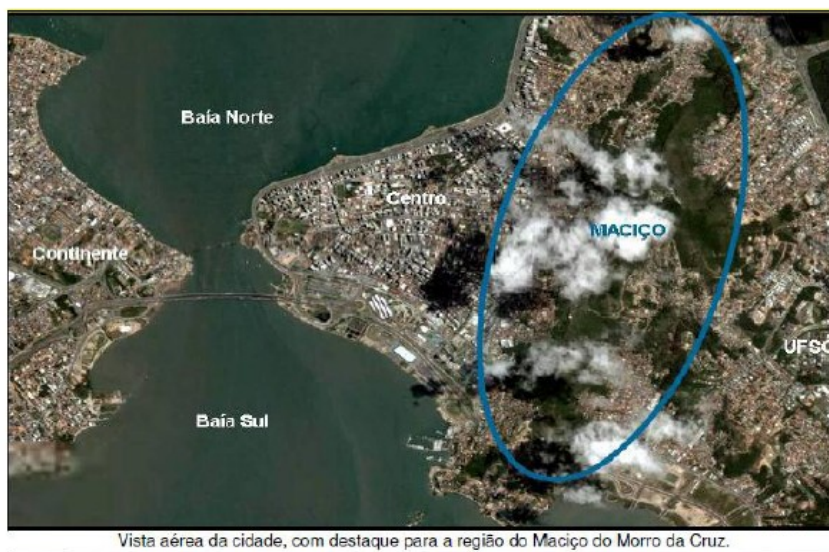
Na década de 1950 aconteceu outro momento de ocupação do Maciço do Morro da Cruz pela vinda de migrantes do interior do estado catarinense motivados pelo aumento de investimentos e infraestrutura com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, consideravelmente dinamizado na década de 1960. Já essa população instalou-se nas áreas mais altas da encosta dos morros, juntamente com os descendentes dos primeiros ocupantes. Assim, houve uma grande migração de pessoas provenientes do interior do estado de Santa Catarina, que buscaram em Florianópolis campo de trabalho, melhor acesso a serviços públicos de atenção básica e ainda melhores condições de vida.

Atualmente a ocupação tem se dado por migrantes de outros estados brasileiros como nordestinos, cariocas e gaúchos e restaram para a sua moradia as partes mais altas das encostas do morro, áreas consideradas de risco e com maior precariedade de serviços e de habitabilidade, devido principalmente a inacessibilidade. Com isso, percebe-se que as ocupações nas áreas do Maciço do Morro da Cruz não cessam, até porque,

(...) deve-se ter em conta que as populações trabalhadoras necessitam também se localizar próximas às ofertas de trabalho, o que fortalece a tendência de ocupações em áreas de risco ou de preservação ambiental. É o caso das ocupações dos mangues, dunas e, principalmente, das encostas do Maciço Central. (LONARDONI, 2007, p.44).

O Maciço do Morro da Cruz é composto por uma área total de 2.151.000 m<sup>2</sup>, dos quais 70% é ocupado pela Mata Atlântica e o resto de sua área é ocupada por moradias. Atualmente o Maciço conta com uma população de 22.566 habitantes, distribuídos em 5.677 famílias, formando 16 comunidades que constituem o maior conglomerado de baixa renda do município, isto é, 40% da população localizada em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Florianópolis (CEPED,2006). Podemos destacar a seguir a figura onde podemos identificar a localização do MMC:

Figura 01 – Maciço do Morro da Cruz



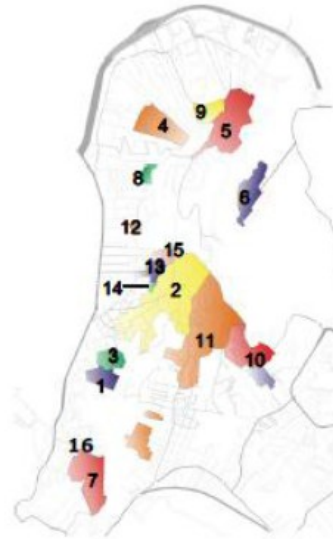
Fonte: SMHSA (2007).

As dezesseis comunidades que compõem o MMC são: Mariquinha, Ângelo Laporta, Mont Serrat, José Boiteux, Tico-Tico, Laudelina da Cruz, Morro do 25, Vila Santa Vitória, Morro do Horácio, Vila Santa Clara, Morro da Penitenciária, Serrinha, Morro da Queimada e Jagatá, Alto da Caeira, Morro do Céu. Conforme figura abaixo:

Figura 02 – Comunidades Maciço do Morro da Cruz

**Comunidades Beneficiadas:**

- 1- MORRO MARIQUINHA;
- 2- MONTE SERRAT/ NOVA DESCOBERTA;
- 3- MORRO DO TICO-TICO;
- 4- MORRO DO 25 / NOVA TRENTO;
- 5- MORRO DO HORÁCIO;
- 6- MORRO DA PENITENCIÁRIA;
- 7- MORRO DA QUEIMADA E JAGATÁ;
- 8- MORRO DO CÉU;
- 9- VILA SANTA VITÓRIA;
- 10- SERRINHA;
- 11- CAEIRA;
- 12- ANGELO LAPORTA;
- 13- SANTA CLARA;
- 14- LAUDELINA DA CRUZ;
- 15- JOSE BOITEUX;
- 16- MORRO DO MOCOTÓ.



Fonte: SMHSA (2008).

As ZEIS são regulamentadas através da Lei Complementar nº 207/2005 de 28 de dezembro de 2005 sancionada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, preconizando o inciso XIV do artigo 2º do Estatuto das Cidades. As ZEIS são áreas delimitadas, com regras específicas para a ocupação com habitação de interesse social, que, na referida lei municipal, foi assim definida:

As ZEIS são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor. (Lei Complementar nº 207/2005 de 28/12/2005)

O mapa das ZEIS delimita as comunidades do MMC que possuem características condizentes com o que está previsto na referida lei. Assim são localidades onde predominam residências precárias, famílias com renda mensal até 3 salários mínimos, de uso residencial, com ocupação irregular, precariedade nas redes de infra-estrutura, entre outras. Segundo o Ministério das Cidades (2008):

[...] as ZEIS são extremamente úteis a uma política de inclusão social em dois sentidos: permitir a regularização dos assentamentos de baixa renda consolidados, mas igualmente facilitar a produção (pelo Poder Público, por cooperativas habitacionais e, em situações especiais, até pelos agentes

econômicos) de habitação de interesse social em áreas vazias. (BRASÍLIA, 2008, p. 109).

Esse é um instrumento utilizado para a urbanização de comunidades precárias, com o objetivo de reservar essas áreas para produzir habitações para a população de baixa renda.

O Maciço do Morro da Cruz como as demais áreas de interesse social da cidade, deve ser reconhecido como parte da cidade, não ser objeto de exclusão quando se refere a execução de políticas públicas municipais e a garantia do direito de acesso à cidade formal, com a presença de serviços urbanos, infraestrutura e equipamentos sociais.



### **3 O BENEFÍCIO ALUGUEL SOCIAL DAS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ NO PERÍODO 2008-2011**

Em novembro de 2008 o Estado de Santa Catarina sofreu com as intensas chuvas neste período e vários municípios decretaram estado de calamidade pública ou situação de emergência. Dentre estes, Florianópolis, decretou situação de emergência, em virtude da situação de anormalidade caracterizada por inundações e deslizamentos, principalmente nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

O trabalho da SMHSA iniciou juntamente com as lideranças do MMC para levantamento das situações de cada comunidade e ainda contou com o trabalho multiprofissional de arquitetos, assistentes sociais, engenheiros e a parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e com a Defesa Civil Estadual e Municipal, organizando uma força tarefa para o atendimento de cada família.

Inicialmente a SEMAS garantiu o abrigo das famílias, auxílio-transporte, higiene, alimentação e aluguel social. Durante o atendimento socioemergencial às famílias atingidas pelas chuvas, foram elaborados relatórios situacionais. De acordo com Rocha “a Defesa Civil Municipal, emitiu os atos de interdição permanente ou temporária, dos relatórios elaborados pelos técnicos da SMHSA e SEMAS (dentre eles, o serviço social)” (2009, p. 19).

Para aquelas famílias que perderam totalmente suas residências foi disponibilizado o benefício aluguel social, através da SEMAS, recurso vindo do Fundo Municipal de Assistência Social. O valor deste benefício de caráter eventual é no valor mensal de R\$300,00, sendo renovado a cada três meses. Conforme o inciso 2º do art. 1º da Resolução nº 224 de outubro de 2010:

§ 2º - O auxílio aluguel será provisionado pelo período de três meses, podendo ser prorrogado enquanto permanecer a situação de risco, perda e dano à integridade pessoal e famílias, mediante emissão de Parecer Técnico da Diretoria de Proteção Social Especial.

Segundo Rocha:

Posteriormente, o auxílio-aluguel foi substituído pelo auxílio-reação, fruto de Medida Provisória 148/2008 que determinava um valor mensal de R\$ 415,00, por um período de seis meses, aos moradores cujos domicílios

tenham sido destruídos ou interditados de maneira definitiva pela Defesa Civil. Cabe destacar que foram os Assistentes Sociais da SEMAS responsáveis pelo cadastramento e aprovação de tais famílias para a inclusão no auxílio-reação. Estes recursos foram oriundos das doações realizadas pelo povo brasileiro, sob comoção social ao Fundo de Defesa Civil da Secretaria Estadual de Defesa Civil, que destinou metade dos recursos para o auxílio-reação e a outra metade para a aquisição de terrenos para a construção de moradias destinadas às famílias atingidas nos diversos municípios em Santa Catarina. (2009, p. 18).

Através da Lei nº 14.606 de 31 de dezembro de 2008, é instituído o auxílio reação, que é voltado para o atendimento das famílias atingidas pelos desastres ocorridos no Estado a partir do dia 19 de novembro de 2008. Podemos observar conforme a lei em seus artigos:

Art. 1º Fica instituído o “Auxílio Reação”, destinado a atender às unidades familiares atingidas pelos desastres ocorridos no Estado de Santa Catarina a partir de 19 de novembro de 2008, cujos domicílios tenham sido destruídos ou interditados de maneira definitiva pela Defesa Civil, e que estejam localizados nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, devidamente homologados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º As unidades familiares atendidas pelo “Auxílio Reação” perceberão, em espécie, o valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) mensais, pelo período de até seis meses.

§ 1º O “Auxílio Reação” será custeado com recursos provenientes das doações depositadas nas contas vinculadas ao Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 10.925, de 22 de setembro de 1998.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se unidade familiar o conjunto de pessoas que habitavam a mesma residência, destruída ou definitivamente interditada.

§ 3º Cada unidade familiar terá direito a receber o valor mensal a que se refere o art. 2º, independentemente do número de membros que a compõem.

Art. 3º Para se habilitar ao “Auxílio Reação”, a unidade familiar deverá:

I - residir em município que esteja em situação de emergência ou estado de calamidade pública, devidamente homologados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual;

II - ter sua residência, própria ou não, identificada e declarada pela Defesa Civil municipal como destruída ou interditada de maneira definitiva ou temporária;

III - comprovar que a renda somada de todas as pessoas que compõem a unidade familiar é de até cinco salários-mínimos; e

IV - não estar alojada em abrigo temporário.

§ 1º As unidades familiares que deixarem os abrigos temporários, desde que cumpridas as condições previstas nos incisos I a III do presente artigo, passarão a estar habilitadas ao “Auxílio Reação.” (SANTA CATARINA, 2008, s.p.).

Desta forma é dada a possibilidade da concessão de auxílio financeiro para a remoção provisória de famílias enquanto aguardam a solução habitacional definitiva.

Pensa-se que esta medida evita a construção de abrigos provisórios e as remoções temporárias para áreas distantes, que alteram as configurações das relações sociais cotidianas das famílias envolvidas com projetos habitacionais.

Ainda de acordo com Rocha entre dezembro de 2008 e novembro de 2009, ocorreu o que segue:

Efetivamente, passados 11 meses, os dados objetivos, fruto dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos da SMHSA e demais órgãos materializaram-se em:

- Recursos no valor de R\$ 600.000,00 para compra de terreno para alocação das famílias atingidas;
- Recursos no valor de R\$ 250.000,00 para a compra de materiais de construção, a ser repassado às famílias que tiveram suas casas atingidas, necessitando fazer reparos nas moradias;
- Realização de 194 visitas de avaliação in loco, tendo como demanda reprimida 26 visitas a serem realizadas;
- Identificação e cadastramento de 96 famílias que tiveram suas casas interditadas permanentemente em decorrência das chuvas de 2008, incluídas no Projeto Reação e no Habitação da COHAB/SC, ainda sem solução;
- Existência de 76 famílias em auxílio aluguel, sendo que destas 70 estão no grupo daquelas casas a serem demolidas pelo órgão de fiscalização do município;
- Das demandas levantadas de precariedade habitacional intensificadas pela ação das chuvas, 23 famílias foram atendidas no Projeto Melhoria Habitacional até outubro de 2009 de um universo de 50 visitas realizadas, no repasse de materiais de construção para a família fazer os reparos relativos à precariedade intensificada pelas intensas chuvas (2009, p. 25).

Todavia, passados quase três anos, as famílias atingidas pelas chuvas de 2008 continuam recebendo o aluguel social. Durante todos esses anos a Prefeitura Municipal de Florianópolis afirma que vem tentando solucionar o direito à moradia dessas famílias. Dentre as ações do projeto estão: infraestrutura, regularização elétrica, regularização fundiária, parque, habitações, entre outros. O Projeto Habitacional prevê a construção de 438 unidades habitacionais com atendimento prioritário às famílias cujas casas estão localizadas em áreas de ampliação e/ou abertura do sistema viário, ou em áreas vulneráveis a desastres naturais. Neste contexto encontram-se as famílias em aluguel social que foram atingidas pelas chuvas de 2008.

No aspecto gerencial o projeto vem passando dificuldades para contratação de empresa para execução desta etapa. Já houve a abertura de quatro processos licitatórios e em todos eles não houve a apresentação de candidatos. A justificativa

das empresas para não candidatarem-se para as obras são: relevo acidentado que dificulta o acesso de equipamentos e materiais e, ainda, o baixo valor pago pelo trabalho.

Outro fator dificultador a destacar é a falta de terrenos disponíveis dentro das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, como é destacada na fala de uma das Assistentes Sociais entrevistadas, quando é questionada se o poder público local está executando o direito à moradia, ela responde que:

E (01):<sup>5</sup> por enquanto não está tendo resposta, mas não que não esteja se tentando. No MMC não consegue executar as casas pelo motivo de não ter empresas para a construção, é uma responsabilidade do poder público, mas fica também amarrada pela burocracia. Ele pode buscar outras formas, por exemplo, a aquisição das casas, mas penso que está bem lento, mas não por conta só do poder público, pois é um conjunto. A falta de terreno principalmente nas comunidades que eu acompanho. Quando contratar as empresas onde vai ser construído, vai ser na comunidade, como vai se dar conta das demandas pois existem muitas famílias nas áreas de remoção e ainda as licitações para a contratação das empresas dão desertas.

Durante o período de 2008 a 2011 as dificuldades enfrentadas pela SMHSA, os moradores beneficiários do aluguel social trouxeram uma proposta para as Assistentes Sociais de referência, que seria a possibilidade de aquisição das casas que já alugam. Com isso a SMHSA expôs a Caixa Econômica Federal, gestora do projeto. A Caixa aprovou a proposta após consultar a agência matriz, estabelecendo os seguintes critérios: a casa deve estar fora da área de risco, deve ser de alvenaria e pode estar localizada fora da área de intervenção, desde que esteja registrada no registro de imóveis. O grande problema enfrentado pelas famílias é conseguir encontrar uma casa para morar com o valor máximo de R\$ 48.000,00.

Após a ocorrência de licitações desertas, a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, conforme determina a lei, encaminhou ofício para as empresas de construção civil cadastradas na Prefeitura na tentativa de obter sucesso no andamento do projeto. Duas delas manifestaram interesse na contratação direta, com isso foi assinado pelo então Prefeito de Florianópolis, Dário Elias Berger, a ordem de serviço para execução de 50 unidades habitacionais, sendo a construção de 19 casas no Morro do Céu e entorno, e 31 nas proximidades da Rua José Boiteux, Santa Clara, Monsenhor Topp e Mont Serrat.

---

<sup>5</sup> E (01); E (02); E (03); serão siglas utilizadas correspondendo a Entrevistada 01; Entrevistada 02; Entrevistada 03.

No decorrer deste tempo as famílias beneficiárias do auxílio são atendidas por duas políticas sociais, a da Assistência Social e de Habitação. O atendimento da SEMAS se dá no que concerne ao pagamento do benefício e da SMHSA refere-se ao acompanhamento e monitoramento das situações, sendo que no período de três em três meses realiza-se a renovação do parecer social, confirmando-se para a SEMAS que a família continua necessitando do aluguel social.

No entanto, essa articulação das duas secretarias é realizada de forma conflitante e turbulenta, pois as responsabilidades não são assumidas por nenhuma delas no que diz respeito ao atraso do benefício e ainda a solução do direito à moradia dessas famílias. Neste sentido, abordaremos a intersectorialidade entre as políticas municipais de Assistência Social e de Habitação.

### 3.1 AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO: INTERSETORIAIS?

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social passou a constituir a base da seguridade social, notadamente inspirada na noção de Estado de cunho social. Esse marco histórico institui o início da transformação da caridade, benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania. Isso aponta para a assistência social enquanto política pública de proteção social articulada às outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Em 2005 foi aprovado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que estabelece a descentralização político-administrativa, o atendimento a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e da participação da comunidade. O SUAS se propõe, como instrumento para a unificação das ações da assistência social, em nível nacional, materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em especial, ratifica o caráter de política pública de garantia de direitos, contrapondo-se e destituindo o histórico assistencialismo do primeiro damismo.

A Política Nacional de Assistência Social foi criada para funcionar de forma integrada às políticas setoriais, considerando particularidades e desigualdades

socioterritoriais, promovendo a garantia dos mínimos sociais e provendo condições para atender contingências vividas pelos indivíduos e à universalização dos direitos sociais. Sua principal função é integrar o oferecimento de serviços, programas e projetos de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

Para alcançar seus objetivos, a PNAS deverá garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou vivência familiar, contribuindo com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural e assegurando que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. E, para isso, o SUAS viabiliza várias ações, cuidados, auxílios e benefícios visando a redução e prevenção das vulnerabilidades e riscos sociais surgidos em decorrência do ciclo de vida, fragilização dos vínculos afetivos familiares e comunitários.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, podemos concluir que os usuários da política de assistência social são:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005, p. 27)

Diante do exposto a política de Assistência Social por sua vez, prevê a concessão de auxílio financeiro obedecendo aos objetivos que regem a Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a qual em seu artigo 2º, inciso I e II dizem respeito a:

- I. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
  - II O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Considerando a LOAS, o Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis publica a resolução nº 224 de outubro de 2010 que “dispõe sobre o Benefício Eventual denominado Auxílio Aluguel, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS”. Nesta define que “poderão ser estabelecidos benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e **nos casos de calamidade pública**” (grifos nossos) <sup>6</sup>; como é o caso ocorrido na cidade de Florianópolis. Com isso, resolve em seu artigo 1º:

Art. 1º - Estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão do Benefício Eventual denominado Auxílio Aluguel, referente à ajuda de custo para pagamento de aluguel, no âmbito da Política Pública de Assistência Social de Florianópolis, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 1º - O auxílio aluguel será destinado às famílias residentes em área de vulnerabilidade social do Município e que tiverem perda da casa e bens materiais em decorrência de sinistros e de desastres naturais.

Art 2ª – O auxílio aluguel será concedido às famílias que perderam seu imóvel e bens, mediante os seguintes documentos: Laudo de Interdição da Defesa Civil; Relatório Social acerca da situação da família emitido por Assistente Social da SEMAS; Laudo emitido pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA.

---

<sup>6</sup> A resolução 224/2010 considera ainda: Lei 8049/2009, capítulo II, seção I, inciso XII, que atribui ao CMAS normatizar ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, considerando as normas gerais do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), as diretrizes da política de assistência social, as proposições da conferência municipal de assistência social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços; e inciso XXV que prevê ao CMAS regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei 8742/93. A Resolução CNAS nº 212, de 19 de outubro de 2006 que propõe critérios orientadores para regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social; O Decreto nº 6 307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que prevê o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e de Emergências. Expediente GAB/SEMAS de 10 de setembro de 2010, que solicita ao Conselho a regulamentação do benefício eventual auxílio aluguel, por meio de Resolução. O Parecer nº 004/10 da Comissão de Políticas que recomenda a aprovação pelo CMAS de Resolução que disponha sobre o Benefício Eventual denominado “Auxílio Aluguel”, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Além do auxílio aluguel social, existem outros benefícios eventuais disponibilizado pelo município através da Resolução nº 131 de 21 de dezembro de 2006, aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, são o auxílio natalidade e o auxílio funeral. Sendo que o Programa de Atenção Socioassistencial de Florianópolis disponibiliza os seguintes benefícios, de acordo com Silva:

- *Auxílio Natalidade* - é um benefício prestado em caráter transitório, em forma de pecúnia (no valor de 01 salário mínimo vigente na data do nascimento) por cada nascituro visando reduzir as vulnerabilidades provocadas por nascimento de membro da família. Na hipótese de parto múltiplo (gêmeos, trigêmeos etc.), o valor é de 01 salário mínimo para cada criança. O atendimento ao usuário para solicitação do benefício de auxílio natalidade é realizado no PASA, através de entrevista com o usuário e análise documental que precisa atender aos seguintes critérios:
  - Ser residente no município de Florianópolis;
  - Possuir renda per capita familiar de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo;
  - O nascituro ter idade até dois meses, na data da solicitação.
- *Auxílio Funeral* - é um benefício prestado em forma de serviços conforme acordo firmado entre a Prefeitura Municipal e as Funerárias que atuam no município de Florianópolis e compreendem as despesas com uma urna mortuária, 01 traslado fúnebre, utilização de capela para velório e isenção da taxa de sepultamento. Será prestado a familiares da pessoa falecida que não disponham de recursos financeiros para custear o funeral. Este benefício é solicitado no PASA.
- *Auxílio Alimentação* - é um benefício prestado ainda em forma de bem material, efetuado mediante o fornecimento de gêneros alimentícios básicos (cesta básica). Este benefício é solicitado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) mediante cadastro socioeconômico. No planejamento anual 2010 – 2013 foi prevista a implantação de *Cartão Cidadão* que consiste em transferir determinado valor em reais para a compra de alimentos, substituindo a cesta básica, com vistas à autonomia das famílias e usuários.
- *Auxílio Fraldas* (geriátricas e Infantis) - este benefício, os retornos mensais são atendidos no PASA. É uma provisão de 04 (quatro) pacotes de fraldas descartáveis para o cuidado e o atendimento das necessidades fisiológicas de crianças ou adolescentes, adultos e idosos, que apresentem alguma deficiência físico-mental ou fragilidade por acidente ou doença ou, ainda, por uma restrição momentânea de saúde física e mental.
- *Auxílio Transporte* (Cartão para tratamento de Saúde) - é a provisão destinada ao transporte urbano em âmbito municipal para o usuário que esteja realizando tratamento/ acompanhamento de saúde. Este benefício é solicitado através dos CRAS, cuja solicitação deve conter a requisição médica prescrita com a quantidade de vezes o usuário e/ou acompanhante necessita para retorno ao tratamento de saúde. (2010, p.51).

Através desses benefícios a Assistência Social, procura atender as demandas emergenciais do município, porém nem toda a população que busca esses auxílios é beneficiada, podemos citar aqui a fala de umas das assistentes sociais entrevistadas



quando abordamos sobre as dificuldades enfrentadas no repasse financeiro aos usuários do aluguel social:

E (03): buscamos justificar as necessidades de cada uma das famílias que de fato mais necessitam porque infelizmente a gente mesmo precisa fazer uma pré seleção uma espécie de peneira e ver quais das famílias são mais necessitadas pois muitas, muitas precisam ou precisariam mas a gente sabe que não vai ser possível fornecer para todas então dessas que tem a necessidade a gente busca viabilizar para aquelas que têm mais filhos que são maiores que vai ser mais difícil para essas famílias se abrigarem em casa de familiares que é mais difícil então a gente faz intermediação justificando apresentando um parecer social bem sustentado e conversando com a chefia do nosso local de trabalho que possa fazer a intermediação junto a SEMAS que é de onde sai o recurso do aluguel social.

Após abordar a Política de Assistência Social, iremos transcorrer sobre os conceitos de intersetorialidade dentro das políticas públicas e veremos como é a relação da Política de Assistência Social e Habitação.

De acordo com Inojosa (2001, p. 103) a intersetorialidade refere-se “a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexo”. A autora ainda aborda que as necessidades das pessoas estão integradas com a sua qualidade de vida. Através deste conceito podemos observar aqui que as famílias beneficiárias do aluguel social estão resolvendo suas necessidades de morar através deste auxílio, mas não existe uma segurança em sua moradia e a qualidade de vida que deve estar integrada na prestação do serviço das políticas públicas de assistência social e habitação não são garantidas.

Na opinião de Junqueira (2004, p.27) “cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais [...]”. Todavia, caso houvesse a integração entre as políticas públicas aconteceria à materialização dos direitos sociais dos cidadãos, mas não é dessa forma que elas se apresentam, é realizado um atendimento desarticulado, cada setor “[...] se desenvolve em razão de suas demandas e de suas próprias soluções, operando a reafirmação do setor, em si e para si” (ANDRADE, 2006, p. 282).

Não podemos falar aqui que essa articulação não foi tentada entre a SMHSA e a SEMAS, até porque algumas vezes foram realizadas reuniões entre as assistentes sociais para discussão de alguns casos e planejamento das ações desenvolvidas,

sendo que os gestores das políticas nunca estiveram presentes nesses momentos. De acordo com Schütz “a mudança nas organizações para adoção de uma lógica intersetorial depende da vontade política de seus dirigentes, mas também da sensibilização de todos seus trabalhadores, sendo estes atores políticos importantes” (2009, p. 28).

Para exemplificar como a “intersectorialidade” se realiza na PMF, iremos apresentar a visão das assistentes sociais da SMHSA. Foram entrevistadas três, a escolha aconteceu da seguinte forma: no projeto do MMC temos seis (6) assistentes sociais de referência das comunidades, buscamos cinquenta por cento (50%), ou seja, três (3). A definição se deu por aquelas profissionais que tem o maior número de usuários atendidos pelo aluguel social. Diante do exposto foi realizada uma sistematização dos dados e realizado um perfil das profissionais entrevistadas, conforme tabela a seguir:

Tabela 02 – Perfil das Assistentes Sociais entrevistadas

<i>Entrevistada</i>	<i>Formação Graduação</i>	<i>Tempo de Formação</i>	<i>Especialização</i>	<i>Atuação na Política de Habitação</i>	<i>Experiências em outras áreas</i>
Profissional 01	UFSC	1 ano	Não	2 anos e 7 meses (o estágio da graduação também foi realizado nesta área)	Atua como Assistente Social na APAE com a área da família
Profissional 02	UFSC	9 anos	Sim. Gestão Social	3 anos	No estágio atuou na área de geração de renda. Atuou na Prefeitura de São José na área da Assistência Social na parte do plantão social e já prestou assessoria.
Profissional 03	UFSC	11 anos	Sim. Especialização em Políticas Públicas e Mestrado em Serviço Social	2 anos e 6 meses	Assistência Social

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela precedente podemos verificar que as três profissionais tiveram como instituição formadora a UFSC, duas delas obtiveram sua formação a quase ou

mais de uma década, as mesmas realizaram algum tipo de especialização. Observamos, ainda, que nenhuma delas atua mais de três anos na política de habitação e não possui especialização nesta área.

Outro destaque a ser abordado no perfil das assistentes sociais, mas que não está presente na pesquisa é que de seis profissionais que estão na execução do projeto do Maciço apenas uma é funcionária pública efetiva, todas as outras tem o vínculo empregatício através da terceirização do serviço, ocorrendo uma diferença na estabilidade do trabalho, no salário e direitos trabalhistas. Esta realidade fragiliza a relação de trabalho da equipe e interfere na atuação desses profissionais em relação ao seu posicionamento técnico político. Ademais, acaba refletindo na relação com o usuário, representando assim as novas configurações do sistema capitalista.

A seguir serão apresentados o posicionamento das assistentes sociais sobre o tema aluguel social, bem como a identificação através da equipe técnica entrevistada, se as famílias beneficiárias estão sendo atendidas com uma moradia digna.

Primeiramente, indagamos aos profissionais acerca de seu pensamento do benefício aluguel social atender a busca do usuário pelo seu direito social de moradia e obtivemos as seguintes respostas:

E (01): Não. Por mais que o direito esteja garantido, mas não integral, pois não conseguem pagar o aluguel todo, muitos deles gostariam de continuar morando em suas casas mesmo em área de risco ou que a solução habitacional fosse solucionada. Somente ameniza.

E (02): Não atende é apenas um atendimento emergencial não concretiza o direito a moradia

E (03): Não atende integralmente, atende num momento emergencial e inclusive parcialmente.

Está assinalado acima, através das respostas que o aluguel social não é visto atendendo o direito social de moradia dessas famílias. A justificativa se dá, pois as famílias estão passando por um momento de vulnerabilidade social, o benefício é disponibilizado em um momento de emergência, mas não pode ser visto como a resolução do problema.

Quando aparece nas respostas que o direito é atendido parcialmente ou que não atende integralmente, as entrevistadas referem-se ao benefício não conseguir

atender a todos aqueles que dele necessitam, mesmo estando presente na Constituição Federal em seu artigo 203, onde cita que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (BRASIL, 1988).” E ainda em relação ao auxílio aluguel social não suprir o valor exigido pela especulação imobiliária da cidade, como iremos ver nos próximos questionamentos.

Foi indagado também se o benefício consegue atender a demanda para tal. Os profissionais destacaram o que segue:

E (01): Não. Nem todas as famílias são atendidas nem no MMC, pois existem casos de precariedade habitacional que não são atendidos, conseguimos atender aqueles que estão em área de risco no máximo aqueles que estão em extrema precariedade habitacional.

E (02): Não somente “apaga incêndio”.

E (03): Não.

Dessa forma, ressaltamos que existem outras famílias, não só no Maciço do Morro da Cruz, que estão recebendo o auxílio aluguel, mas que necessitam de uma moradia digna, “que é sadia, segura, acessível, e de preço viável, que inclua serviços básicos, instalações e áreas de lazer, e que esteja livre de qualquer discriminação no que se refere à habitação ou à garantia de posse.” (FERNANDES 2003, *apud*, OLIVA, 2009, p.46). Como o município não executa efetivamente a política de habitação na cidade, as famílias que moram fora do MMC só serão atendidas se algum dia for proposto um projeto para as comunidades, disponibilizando recursos de alguma das três esferas de governo. Enquanto isso, essa população está à mercê da boa vontade do poder público. Já as famílias do

Maciço que estão em área de risco e serão remanejadas<sup>7</sup> para receber uma unidade habitacional, da mesma forma esperam os entraves burocráticos da instituição.

Contudo, o projeto encontra-se em uma instituição governamental que tem como objetivo prestar serviços para a sociedade. Ao mesmo tempo em que deve prestar serviços à população no sentido de garantir direitos constitucionais, depara-se com limitações relativas principalmente à burocracia que caracteriza os órgãos públicos em geral e à restrição de recursos.

Além disso, verifica-se um caráter focalista na atuação do Estado, que limita sua intervenção a áreas e públicos bem restritos, descaracterizando o princípio da universalidade, que deveria permear a política pública no seu conjunto. Estrutura-se desta forma, pois os projetos desenvolvidos são vinculados ao repasse de recursos do poder público federal, bem como pelo limite de profissionais, que já possuem sobrecarga de trabalho nos projetos em desenvolvimento.

Esse cenário reforça os preceitos neoliberais que defendem a existência da política pública para atender os pobres e extremamente pobres, enquanto o mercado se encarrega de oferecer os bens e serviços para a população de maior poder aquisitivo. Como aborda Montaño “o neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades.” (1999, s.p.). Na seqüência, abordamos se o valor do benefício está adequado à especulação imobiliária da cidade e qual seria o valor (aproximado) mais adequado. Neste tema, destacamos as seguintes ponderações:

E (01): Não está adequado, nem na comunidade eles conseguem casas neste valor, principalmente quando a família é muito grande, uma casa nesse valor é muito pequena (kitinete) na verdade é um auxílio não consegue suprir a necessidade. Alguns conseguem com 300 reais, mas a maioria completa com 100 a 150 reais. Aproximadamente 400 reais deveria ser o benefício.

<sup>7</sup> De acordo com o Ministério das Cidades,. “remanejamento (relocação): trata-se da reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou do assentamento precário que está sendo objeto de urbanização. A população é mantida no local após a substituição das moradias e do tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária.” (2009, p. 115-116).

Já os reassentamentos (realocação): “compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis.” (Idem)

E (02): Não, Valor aproximado de 500 a 600 reais tanto fora como dentro da comunidade não se consegue alugar com 300 reais.

E (03): Não. As famílias que eu acompanho pagam em torno de 500 reais ou mais.

Presente na fala das assistentes sociais está a confirmação de que o benefício está fora da realidade vivida pelos usuários, sendo que poucos conseguem pagar seu aluguel com apenas R\$ 300,00. Dessa forma, os moradores são obrigados a submeter-se aos valores do mercado e retirar o dinheiro da renda familiar, muitas vezes tirando da própria alimentação para ter onde morar.

De acordo com o Ministério das Cidades:

Combinado ao desenvolvimento econômico, o crescimento demográfico vegetativo e migratório empurra para cima o valor dos aluguéis e o preço da terra. Quanto mais bem localizado o imóvel, mais alto o seu preço – independente do custo de construção – e maior sua probabilidade. (BRASIL, 2009, p. 53).

Mesmo com valores altos pagos nos aluguéis as casas muitas vezes também estão em área de risco ou encontram-se em precariedade habitacional. Neste contexto, os proprietários vêem uma oportunidade para ganhar dinheiro, pois já que a prefeitura está disponibilizando aluguel para as famílias colocam o valor acima do que realmente valeria a habitação.

Contudo, as tentativas da intersectorialidade no atendimento das demandas estão presentes quando os profissionais lidam com os entraves burocráticos que dificultam o repasse financeiro aos usuários, como podemos observar nas respostas:

E (01): Na verdade entrar em contato com a SEMAS estamos sempre em contato a demanda deles é muito grande. Contato com a Gerencia do Departamento de Apoio e Assessoria as Comunidades, para que ela possa articular de outras formas também. Pois sempre está amarrado.

E (02): Articula com a SEMAS uma perspectiva para o pagamento do benefício, mas é muito difícil pois são famílias que estão em vulnerabilidade e não temos como atuar diretamente.

Após o desastre a ação do Serviço Social, de acordo com Rocha:

O assistente social poderá acompanhar as famílias que estão desabrigadas e desalojadas, no que tange monitoramento e manutenção do prazo dos auxílios recebidos e, também, na publicização da resposta do poder público na situação de perda total ou parcial da moradia em que o indivíduo ou famílias não tem condições de arcar com os custos para responder ao desastre ocorrido, além de sistematizar a ação profissional realizada (2009, p.31).

De outro lado, observa-se uma dificuldade na articulação do atendimento à essas famílias, sendo que de três em três meses é realizado a renovação do aluguel. A SMHSA deveria ter um controle dessas renovações, já a SEMAS ter articulação entre os setores, pois acontece que às vezes o setor financeiro trava o processo de pagamento por questões institucionais, sendo que o maior atingido é sempre o morador. Poderia ser realizado um planejamento dos recursos previstos.

Por fim, foi abordado junto às assistentes sociais se o Poder Público local está executando o direito à moradia, e as respostas mostram de que forma é executado:

E (02): Está começando a ser pensado através da formação do Conselho Municipal de Habitação, mas não existe uma política concreta. Existe uma dificuldade pela morosidade a se dar uma resposta a essas famílias.

E (03): O Poder Publico local esta muito parado, estagnado no que se relaciona o direito a moradia em Florianópolis, ai se apresenta vários motivos para isso. Um é a questão da ocupação do solo em Florianópolis, muitas áreas de APP tem que passar por plano diretor, alterar o plano diretor na câmara de vereadores e a resistência da alteração na câmara, na área de APP deixar de ser área de APP pra poder construir moradia mesmo assim nada justifica que Florianópolis não ter até hoje política habitacional de fato pro município o que tem aqui são projeto que tem começo, meio e fim podem ate durar um pouco mais do que se prevê o tempo de execução do projeto mas é isso não existe uma política de habitação no município. Principal entrave. A forma como também o poder publico trata os movimentos sociais que debatem a questão do plano diretor a questão da moradia no nosso município é uma forma muito marginalizada, não tem espaço para dialogo, daí fica tudo assim no piloto automático, elaboração de projeto daí correr atrás de dinheiro para executar aquele projeto.

Assunto importante na agenda da cidade é a formação do Conselho Municipal de Habitação, que são importantes interlocutores para iniciar uma política de habitação, mas a formação desse Conselho se dá, pois é preciso aprovar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).<sup>8</sup> Todavia, destaca-se que se este

<sup>8</sup> Segundo o Ministério das Cidades (2009, p. 4): “A elaboração do PLHIS pelos estados, Distrito Federal e municípios é uma das condicionalidades obrigatórias definidas pela Lei Federal 11.125/2005 que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O Termo de

Plano não for aprovado o município não receberá recursos do governo federal para elaboração de projetos.

Ainda, cabe a reflexão acerca da forma de participação desses atores sociais (associação de moradores, ONGs, instituições ligadas à discussão da política urbana da cidade e ainda a população em geral), pois estão sendo chamados pelo poder público local neste momento apenas para aceitação de um plano local de habitação já elaborado, e assim conseguirem os recursos disponibilizados pelo governo federal.

O Ministério das Cidades aponta como um dos conceitos de participação:

A participação popular pressupõe uma relação de troca entre gestão (municipal) e população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos. Trata-se de criar condições para que se realize um intercâmbio de saberes: de um lado, os que detêm um conhecimento técnico sobre a realidade urbana e que estão no Governo e, do outro lado, um saber popular, fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções. (BRASIL, 2009, p. 67 *apud* PONTUAL, 1994).

Na prática, este conceito de participação deve ser seguido na formação desse Conselho e ainda na elaboração do PLHIS, no qual condiz com a fala da entrevistada 03 quando se refere ao tratamento do poder público com os movimentos sociais interessados na questão habitacional e urbano do município, que acontece de forma marginalizada, não havendo dialogo entre Estado e sociedade civil.

Após a discussão realizada através das entrevistas com as Assistente Sociais da PMF, podemos observar que a equipe técnica da SMHSA planeja e tem disposição para a execução das obras, mas apontamos aqui que o problema relacionado ao projeto está nas entranças políticas na cidade de Florianópolis.

### 3.2 AS FAMÍLIAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ E O ALUGUEL SOCIAL DESDE AS CHUVAS DE 2008 EM FLORIANÓPOLIS

---

Adesão ao SNHIS já fora assinado por mais de 5 mil municípios brasileiros e, desde 2006, o FNHIS disponibiliza recursos para a ação de apoio à elaboração dos planos habitacionais locais.”



Em 2010 com o início do estágio na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis, e com o acompanhamento das famílias do Maciço do Morro da Cruz, através do Projeto de Aceleração para o Crescimento despertou-nos o interesse de pesquisar o motivo dessas famílias continuarem sendo beneficiárias do auxílio eventual.

Para a realização deste estudo foram levantados dados através da documentação utilizada pelo Serviço Social da SMHSA/PMF, como por exemplo, os relatórios mensais, registros de atendimento, e ainda a realização de entrevistas com famílias moradoras nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz beneficiárias do aluguel social desde as chuvas de novembro de 2008 em Florianópolis e também com as assistentes sociais de referência que atendem essas famílias. Com isso foi elaborada tabela a seguir:

Tabela 03 – Lista das famílias beneficiárias do aluguel social

	<b>COMUNIDADE</b>	<b>Período em Aluguel</b>	<b>Possibilidade de construção da habitação</b>
1	Alto Caeira	Nov/2008	Outro Local
2	Alto Caeira	Mai/2009	Outro Local
3	Alto Caeira	Nov/2008	Mesmo Local
4	Alto Caeira	Nov/2008	Outro Local
5	Alto Caeira	Nov/2008	Outro Local
6	Alto Caeira	Nov/2008	Outro Local
7	Alto Caeira	Nov/2008	Outro Local
8	Alto Caeira	Nov/2008	Outro Local
9	Alto da Caeira	Junho/2009	Outro Local
10	Alto da Caeira	Nov/2008	Outro Local
11	Alto da Caeira	Março/2010	Outro Local
12	Alto da Caeira	Nov/2008	Outro Local
13	Horacio	Dez/2008	Outro Local
14	Mariquinha	Nov/2008	Mesmo local
15	Mariquinha	Nov/2008	Outro Local
16	Mont Serrat	Mai/2010	Outro Local
17	Mont Serrat	Mai/2010	Outro Local
18	Mont Serrat	Mai/2010	Outro Local
19	Mont Serrat	Mai/2010	Outro Local
20	Mont Serrat		Outro Local
21	Mont Serrat	Mai/2010	Outro Local
22	Mont Serrat	Nov/2009	Mesmo Local
23	Mont Serrat	Mai/2010	Mesmo Local
24	Mont Serrat	Out/2009	Mesmo Local
25	Mont Serrat	Nov/2008	Fazer muro (mesmo local)
26	Mont Serrat	Março/2010	

27	Mont Serrat	Mai/2010	Outro Local
28	Mont Serrat	Nov/2008	
29	Morro da Penitenciária	Fev/2011	Outro Local
30	Morro da Penitenciária	Jan/2011	Outro Local
31	Morro da Penitenciária-	Fev/2011	Outro Local
32	Morro da Penitenciária-	Abril/2010	Outro Local
33	Morro da Penitenciária-	Out/2009	Outro Local
34	Morro da Penitenciária	Nov/2008	Outro Local
35	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	Outro Local
36	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	Outro Local
37	Morro da Penitenciária-	Agos/2009	Outro Local
38	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	Outro Local
39	Morro da Penitenciária	Nov/2008	Outro Local
40	Morro da Penitenciária	Nov/2008	Outro Local
41	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	Outro Local
42	Morro da Penitenciária-	Ago/2009	Outro Local
43	Morro da Penitenciária-	Março/2010	Outro Local
44	Morro da Penitenciária-	Agos/2010	Outro Local
45	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	Outro Local
46	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	Outro Local
47	Morro da Penitenciária-	Agos/2010	Outro Local
48	Morro da Penitenciária	Nov/2008	Outro Local
49	Morro da Penitenciária	Agos/2010	Outro Local
50	Morro da Penitenciária-	Set/2009	Outro Local
51	Morro da Penitenciária-	Nov/2008	
52	Morro da Penitenciária-	Nov/2009	Outro Local
53	Morro da Penitenciária-	Mar/2010	Outro Local
54	Morro da Penitenciária	Jan/2009	Outro Local
55	Morro do 25	Nov/2008	Mesmo local
56	Morro do 25	Mai/2010	Mesmo local
57	Morro do Céu	Fev/2011	Mesmo Local – Muro
58	Morro do Céu		Mesmo Local – Muro
59	Morro do Céu	Nov/2010	Outro local
60	Queimada	Jan/2011	Outro Local
61	Queimada	Março/2010	Mesmo Local
62	Queimada-	Mai/2010	Mesmo Local
63	Queimada	Nov/0009	Outro Local
64	Santa Vitoria-	Dez/2009	Outro local
65	Santa Vitoria	Nov/2008	Outro local
66	Santa Vitoria-	Jan/2009	Mesmo Local
67	Serrinha	Março/2011	Avaliação
68	Serrinha	Dez/2008	Outro Local
69	Serrinha	Set/2010	Avaliação
70	Serrinha	Set/2010	Avaliação
71	Vila. Berreta –	Dez/2008	Outro Local
72	Vila Berreta	Dez/2008	Outro local
73	Vila Berreta	Nov/2008	Outro local
74	Vila Berreta-	Mai/2010	Outro local

Fonte: Elaboração própria.

Foram entrevistadas nove (9) famílias sendo que houve a seleção de catorze (14) beneficiários, entre as setenta e nove (79) famílias que continuam recebendo aluguel social pelo motivo da perda de sua habitação no Maciço do Morro da Cruz, pois vinte e oito (28) delas foram atingidas pelas chuvas de novembro de 2008, então foram selecionadas cinquenta por cento (50%) como representação do total de famílias, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 04 – Controle das entrevistas com os usuários

	<b>Comunidade</b>	<b>Agendamento</b>	
1	Alto da Caeira	Contato não foi possível	Sem agendamento
2	Alto da Caeira	05/09 14hs	Entrevista realizada
3	Alto da Caeira	13/09 14hs	Entrevista realizada
4	Alto da Caeira	15/09 10hs	Entrevista realizada
5	Penitenciária	22/08 – 10hs	Entrevista realizada
6	Penitenciária	13/09 15hs	Agendamento realizado,mas morador não estava.
7	Penitenciária	13/09 15hs	Agendamento realizado,mas morador não estava.
8	Penitenciária	25/08 – 16hs	Entrevista realizada
9	Penitenciária	13/09 15hs	Entrevista realizada
10	Morro do 25	05/09 – 16hs	Entrevista realizada
11	Mariquinha	Contato não foi possível	Sem agendamento
12	Monte Serrat	15/09 – 9hs	Entrevista realizada
13	Vila Berreta	08/09 – 14hs	Entrevista realizada
14	Santa Vitoria	RECUSOU	Sem agendamento

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa seguiu uma metodologia qualitativa e teve como sujeitos de estudo as famílias do Maciço do Morro da Cruz. Conforme Oliveira, Batista, Rodrigues:

Pode-se entender que a pesquisa qualitativa destina-se a investigações sobre objetos que não podem ser conhecidos e aprofundados somente pela experimentação e quantificação. A tônica é de que "materiais coletados" estão carregados de subjetividade, de conteúdos axiológicos, de ideologias e de significados atribuídos pelos sujeitos, diferentemente de pesquisas de abordagem quantitativa, que está fundada na objetividade, na demonstração numérica, estatística, na possibilidade de ser transformada por técnicas de mensuração em explicações gerais e leis. (2002, p. 11)

Foi possível o agendamento das entrevistas através de contato telefônico prévio, onde era confirmado o local das entrevistas e horário de maior disponibilidade dos participantes. Sete das nove entrevistas foram realizadas nas casas das famílias, duas delas aconteceram na sala de atendimento da SMHSA por ser de maior viabilidade para o entrevistado.

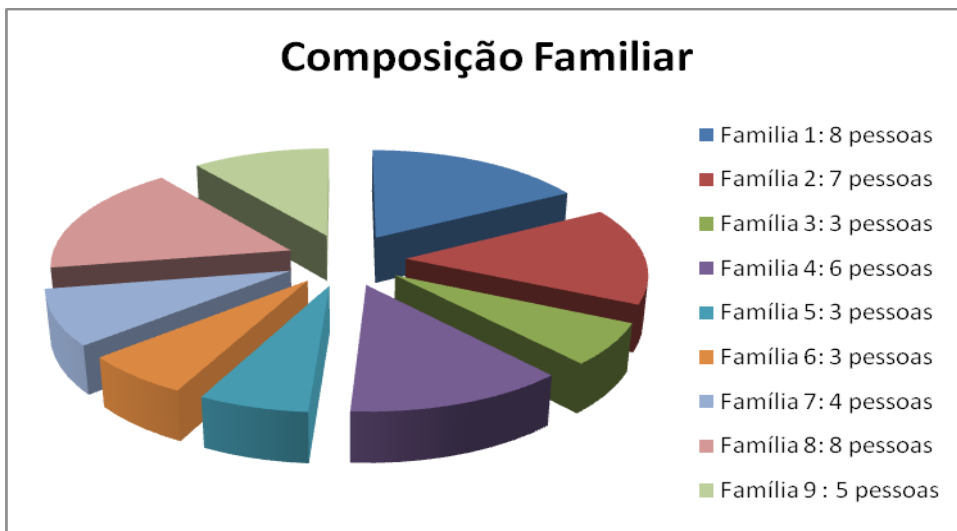
A entrevista era iniciada com a apresentação do objetivo da pesquisa e apresentado ao participante da declaração de consentimento livre e esclarecido (apêndice 01), o qual era assinada tanto pela entrevistadora como também pelo entrevistado, que recebia uma via para comprovar o seu consentimento.

### 3.2.1 Perfil das Famílias Contempladas pelo Benefício Aluguel Social no Maciço.

Realizaremos a exposição dos resultados das famílias beneficiárias do aluguel social, iniciando com a sistematização do perfil dessas famílias: a composição familiar, a profissão e a escolaridade.

Primeiramente destaca-se que quatro famílias possuem cinco ou mais pessoas compondo seu círculo familiar. Conforme dados do IBGE (2010), em Santa Catarina existem 131.093 domicílios onde o número de moradores varia de 01 a 04, e 16.344 domicílios estão entre 05 a 08 moradores. Vemos com isso que as características são de famílias menores do que encontrávamos em outros levantamentos realizados pelo IBGE em épocas anteriores.

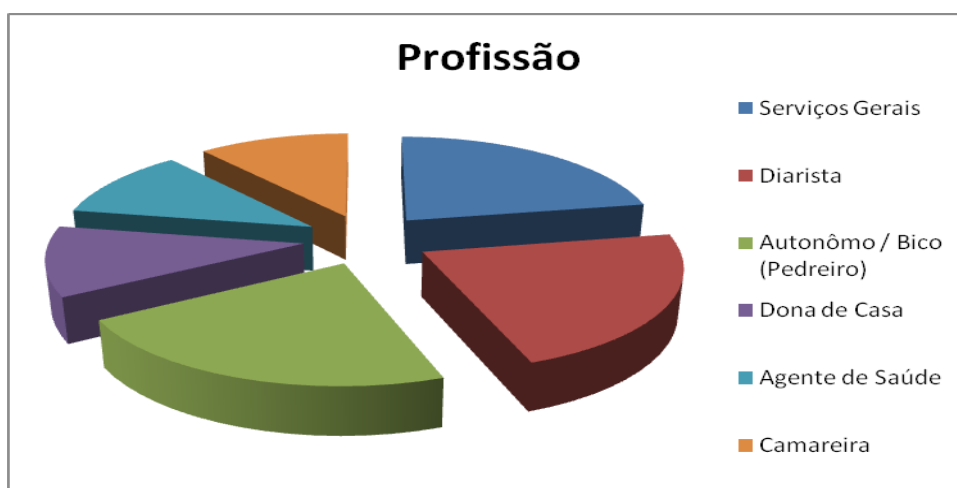
Gráfico 01 – Composição Familiar



Fonte: Elaboração própria.

No que concerne a profissão dos entrevistados, estão presentes as seguintes: dois entrevistados têm sua ocupação na área de serviços gerais, duas entrevistadas são diaristas, dois realizam “bico” como pedreiro, uma é dona de casa, uma é agente comunitária de saúde e outra exerce a profissão de camareira, conforme gráfico abaixo.

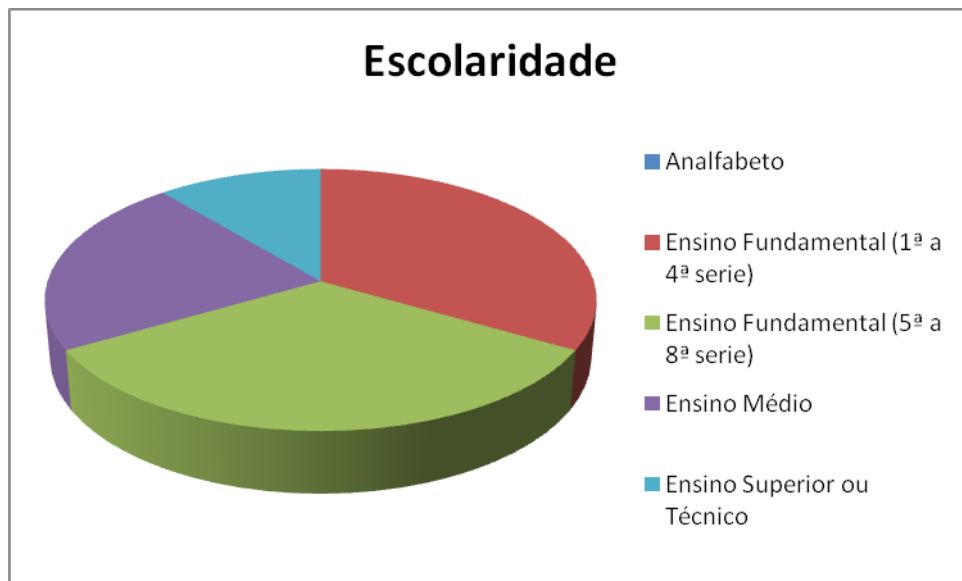
Gráfico 02 - Profissão



Fonte: Elaboração própria.

Podemos verificar que essas são ocupações com baixa qualificação do trabalhador. No gráfico posterior podemos observar, o índice de escolaridade, expressando a realidade de supremacia de ensino fundamental, pois 33,33% dos entrevistados tem sua formação nas primeiras séries do ensino fundamental, 33,33% nas séries de 5ª a 8ª , 22,22% concluíram o ensino médio e um entrevistado iniciou o ensino superior, mas não o concluiu.

Gráfico 03 - Escolaridade

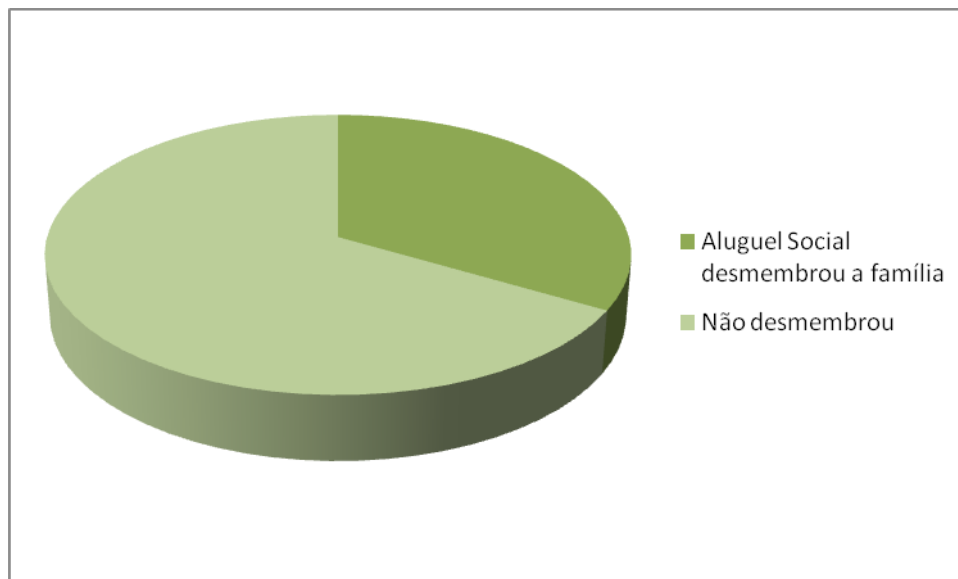


Fonte: Elaboração própria.

### 3.2.2A visão das famílias beneficiárias sobre o aluguel social

A seguir serão apresentadas a visão das famílias beneficiárias acerca do auxílio eventual como garantidor do seu direito a moradia. Um dos primeiros questionamentos aos beneficiários do aluguel social foi em relação a separação da família por motivo do recebimento do auxílio eventual, pois com a vivência no campo de estágio é sabido que existem famílias que se desmembraram, muitas vezes por motivo do benefício ser muito baixo e não conseguir em uma casa comportar todos os integrantes. Em 100% das famílias separadas, algum dos filhos é quem teve que deixar a casa da família, ficando em casa de parentes, ou pagando aluguel sozinho em outra casa. No gráfico abaixo podemos observar que três dos nove entrevistados tiveram a separação de sua família decorrente do auxílio eventual.

Gráfico 04 – Desmembramento das famílias



Fonte: Elaboração própria.

Dentre as famílias entrevistadas que recebem o auxílio, oito entre nove delas estão na comunidade há mais de 12 anos, com isso podemos observar que existe um vínculo entre elas e o seu espaço de moradia, pois é ali que muitas vezes nasceram, constituíram família, tiveram seus filhos e é no mesmo ambiente que querem educá-los. Isso é observado quando lhes é perguntando há quanto tempo morava na comunidade:

- E (01): 12 anos
- E (02): Desde os 5 anos, tenho 37 anos
- E (03): 18 anos
- E (04): 15 anos
- E (06): Eu a 4 anos, mas meu esposo nasceu na comunidade, ele tem 27 anos
- E (07): Nasci aqui, tenho 32 anos
- E (08): 20 anos
- E (09): 39 anos

Este vínculo é caracterizado também quando 77,78% dos entrevistados respondem que continuam morando na mesma comunidade. Os que não moram na mesma comunidade encontraram as casas para alugar em locais próximos, como analisamos nas respostas:



E (05): Morador Alto da Caeira: Monte Serrat, mas é a divisa com o Alto da Caeira bem próximo de onde morávamos antes.

E (08): Morador Alto da Caeira – Moramos no Saco dos Limões, mas não gostamos de morar aqui.

Houve um momento da entrevista com cada família no qual foi indagado “o que você acha do aluguel social (avaliações, dificuldades)?”, uma pergunta de caráter aberto para que cada entrevistado pudesse colocar realmente os seus sentimentos em relação a esta condição. Abaixo podemos verificar que:

E (01): Não podemos ficar só no aluguel, veio num momento bom, pois não tínhamos para onde ir, não tem outro jeito.

E (02): Morar em casa de aluguel é ruim, e ainda o aluguel social atrasa ai eu não gosto nem um pouquinho preferia a minha casa. Se a minha casa não tivesse sido demolida eu já tinha voltado. A casa aqui é muito pequena. Pago aluguel pro meu irmão quando atrasa ele fica cobrando daí é ruim né, estava atrasado 2 meses. Quero arrumar uma casa maior, para que o pai da minha nenem possa vir morar aqui, quero que ela cresça junto com o pai. Os dois mais velhos dormem na sala e eu e as outras crianças dormimos no mesmo quarto no chão também. Já mandaram eu procurar uma casa pra comprar mas até agora eu não acho. Quero continuar aqui na Penitenciária, as crianças estudam aqui e cresceram aqui também já estão acostumados.

E (03): É a única vantagem é que o aluguel é pago, mas a desvantagem é que eles tem que ter a consciência que se tu aluga uma casa o proprietário da casa não é obrigado receber o aluguel de três em três meses, como varias pessoas que estavam no auxilio aluguel mudaram de casa mais do que cigano por causa disso, tipo eu trabalho, mas eu já posso contar 300 reais a menos para pagar o aluguel daí vem o aluguel atrasado depois de 2 meses ou 3 meses, tenho que tirar da renda mensal e cobrir o aluguel porque o dono da casa não quer saber, eu que aluguei a casa a responsabilidade é minha, não foi a prefeitura que alugou.

E (04): Eu acho que a avaliação é que bom que eles ajudam, pior se não ajudassem nada. O problema é que o valor é muito pouco, podia ser um pouco mais. Atrasa muito o aluguel também. As vezes o proprietário da casa não tem paciência, tem que ter um pouco mais de consideração com a gente. Não poderia demorar 2 meses. Ninguém ta aqui porque quer, se a gente tivesse condições de construir a gente já tinha construído. Mas o que adianta amanhã depois acontece denovo, o que adianta, é irresponsabilidade da gente e ai vai dizer que foi a prefeitura que teve culpa mas não é a consciência é de cada um. Tem gente que já culpa a prefeitura. O que deveria ter são os governantes ter um olhar para os mais carentes, porque dinheiro eles tem se eles desviassem menos eles teriam. Nos tivemos ajuda de outros locais, e onde está esse dinheiro?

E (05): Nunca é da gente, se o proprietário pedir a casa a gente tem que sair, se fosse por mim eu construía lá no meu terreno. Eu quero ter minha casinha, nem que seja 2 pecinhas. Eu não vejo a hora de receber essa

casa, ir para o que é nosso. Essa casa ta muito ruim entra cobras, já matei duas. É sofrido.

E (06): O aluguel é 300 reais, só que é complicado arranjar uma casa com esse valor. O valor da minha casa é 500 reais, o resto do valor eu tenho que dar. Outra coisa que fico chateada é porque atrasa muito. Deve ser de 3 em 3 meses o pagamento, não de 4 até 5 meses como acontece. A gente fica preocupada, não pode ficar devendo para a mulher da casa, temos que pagar, muitas vezes passamos dificuldades, com alimentação para pagar o aluguel e não ficar devendo. O aluguel a gente sempre paga primeiro. Como diz que é auxílio aluguel, a sorte é que o aluguel é dado, mas porque não dão o benefício, mas próximo do valor que nós alugamos, Por exemplo, o meu é 500 reais dava 400 reais e mais uma cesta básica, porque estamos numa situação difícil, já ajudava em casa.

E (07): A dificuldade é que demora muito para ser pago o valor. A casa que eu moro é muito pequena. Não gosto de morar de aluguel, sempre tive a minha casa.

E (08): Dificuldade: é o atraso do aluguel, já passamos quase 3 meses devendo para a proprietária. Não gostamos de morar de aluguel (ODEIO). A esposa quer voltar para o terreno, e construir no mesmo lugar, fazer empréstimo (fazer dívida né), mas a gente sabe que não dá, não tem condições. Se a gente voltar para lá tem que fazer 4 muros. O nosso terreno era de risco. Nos nem tínhamos noção que era uma área de risco.

E (09): O que não é da gente é muito ruim, não vejo a hora que poder comprar a casa. Nós vamos comprar essa casa pela prefeitura. Vou me livrar do aluguel.

As principais dificuldades enfrentadas pelas famílias são: o atraso do aluguel social, sendo que está previsto o pagamento de três em três meses como já foi abordado anteriormente. Com isso, os beneficiários tem problemas com proprietários das residências, pois a cobrança é muito grande para o pagamento, muitas vezes ocorrendo até ameaças de despejo. Relatam que para pagar o aluguel o valor é retirado da renda mensal e uma das entrevistadas chegou a relatar que passa dificuldades em relação à alimentação para poder pagar o aluguel. Com isso, a SEMAS poderia verificar essas situações para garantir a pontualidade do pagamento do aluguel, pois a Secretaria já tem noção de quantas famílias necessitam do benefício. Assim, a partir do momento que o parecer da SMHSA é recebido o pagamento seja agilizado. De outro lado a entrega desse parecer da SMHSA também atrasa o que vem dificultando o trabalho.

Outro ponto a ser levantado é que as casas que conseguem alugar pelo valor do benefício são muito pequenas para a quantidade de membros da família. Os entrevistados comparam como era morar no que era seu e, mesmo sendo áreas de risco, as pessoas preferem voltar para seus terrenos e reconstruir nestes. É o que

respondem na seguinte pergunta “Na época que você precisou do benefício, o que você faria se ele não existisse?”:

E (02): Eu não ia deixar demolir minha casa, porque daí nós trabalhando conseguia construir outra casa no mesmo local. Eu tinha noção que morava em local de risco, mas também não tinha outro local para morar.

E (04): Faria uma casa de madeira no mesmo local, no meu terreno seria a única opção, porque eu não tenho condições. Pagar o aluguel sozinha não dá.

E (08): Provavelmente ficaríamos mais tempo na casa da minha outra filha, e iríamos reconstruir lá no terreno.

A casa própria é aspirada pelos indivíduos independente da área, da estrutura. O importante é ter sua casa e a segurança de um abrigo. A moradia precária é uma das expressões da exclusão social. A experiência de vida de exclusão social dos indivíduos constrói a identidade de pobreza no imaginário social. Segundo, Kowarick, 1979 apud NALIN (2007, p. 36) a população de baixa renda:

[...] não consegue acessar a habitação, pois em sua maioria, é produzida e comercializada através de relações tipicamente capitalistas. O acesso aos bens de consumo modernos foi viável pelas facilidades de aquisição; o mesmo não foi possível em relação à mercadoria “habitação”, pois os salários não permitiam sua compra no mercado imobiliário privado.

Os pobres ficam de fora do mercado imobiliário e as políticas públicas não suprem a demanda de habitações. “A população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode. As conseqüências desse universo de construção, completamente desregulado e ignorado pelo Estado, são trágicas” (Maricato, 2000, p. 32), como foi o que aconteceu com as famílias nas chuvas de novembro de 2008.

Outros entrevistados respondem que:

E (03): Eu estaria preso, porque já tinha entrado na prefeitura com toda a minha família, não ia deixar minha família no relento sendo que tinha o meu terreno lá, eu mesmo quero construir para mim sair do aluguel. Porque pagar aluguel é morar num coisa que não é tua, não pode fazer nada. Eu teria invadido a prefeitura, já taria preso. Sem moradia eu não tava. A prefeitura só trabalha em forma de pressão. Hoje ninguém informa a gente de nada, no início informava tudo, se desse um espirro na prefeitura a gente já sabia, mas hoje caímos na zona de esquecimento naquela gavetinha no final do arquivo do esquecimento ta todo mundo jogado lá. Eu nem corro atrás, a minha esposa foi lá ver, me chamaram lá para conversar, mas eu

não vou, eu tenho crises depressivas, nem sei o que vai ser de mim lá dentro.

E (05): Ai ia ficar complicado, ia dar um jeito. A gente não tinha nada. Na verdade não tinha nem o que fazer.

E (06): Nós pensamos em recorrer aos familiares. Não ia ser fácil.

E (07): Não sei, nunca pensei que ia passar por isso. Foi logo em seguida que meu marido faleceu.

O valor do auxílio eventual também é muito questionado, como já observamos na entrevista com as assistentes sociais. Como pudemos ver nas respostas anteriores, as famílias tem muitas dificuldades de encontrar uma casa habitável pelo valor de R\$ 300,00, o que é comprovado quando surge a seguinte pergunta: “O valor do benefício está adequado a especulação imobiliária da cidade? Você consegue pagar o aluguel com R\$300,00 reais? Qual seria o valor (aproximado) mais adequado?”:

E (01): Pagamos 300 reais mas já pediram 500 reais. Pagamos 300 reais porque a pessoa que aluga é nosso amigo.

E (02): Procurei em outro local, antes pagava 415,00 pela casa inteira porque era o valor do aluguel, (*através do Reação Habitação, disponibilizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina*), quando abaixou para 300 reais meu irmão dividiu a casa e fiquei só com essas 3 peças e ele alugou a outra parte, o valor é muito pouco. Se continuasse pagando 415 reais já tava bom e tem gente aqui na comunidade que paga 500 reais.

E (03): Se for para alugar fora do Alto da Caeira 300 reais só aluga um banheiro. Por enquanto estou pagando com 300 reais, mas é essa casa as outras casas que eu procurei são entre 400 – 450 reais.

E (04): Não esta adequado, é muito pouco. Eu pago 350 reais mais luz e água. Eu vi casa de 500 até 600 reais.

E (05): Nós pagamos 300 reais, o proprietário queria subir mas conversei com ele. O valor aproximado no mínimo deveria ser 400 reais.

Entrevistado 06: Com certeza não, Pago 500 reais. O valor deveria ser 500 reais. Eu fico imaginando as outras pessoas como conseguem se virar com 300 reais.

E (07): Eu pago 300 reais porque a casa é da minha tia. Mas é esse valor porque conversei com ela. No mínimo deveríamos receber 400 reais. Tu não aluga uma casa com 300 reais.

E (08): Pagamos 450 reais isso que logo vai aumentar, 300 reais não se encontra casa.

E (09): Eu pago 300 reais, mas porque a proprietária é minha conhecida. Mas em 2008 ela queria 350 reais. O valor aproximado deveria ser entre 350 – 400 reais.

Entre os depoimentos verificamos que as famílias conseguem pagar o aluguel com um valor aproximado aos 300 reais porque negociam com o locador, ou ainda, tem uma relação de parentesco ou amizade com ele, sendo que além da dificuldade de estar recebendo o aluguel, o beneficiário tem que se “humilhar” para morar de aluguel pago pela Prefeitura. Todavia o valor do benefício deveria aumentar conforme os reajustes praticado no mercado imobiliário.

Além de negociar o valor do aluguel, ainda tem que se “humilhar” pela segunda vez, quando o aluguel atrasa. Fizemos a seguinte indagação: “o que você faz quando isso acontece?” Os entrevistados destacam:

E (01): Tiro um pouco das despesas da casa para pagar o aluguel e negociando com o proprietário.

E (02): Quando não tinha neném eu trabalhava (*se refere a filha recém nascida*), fazia faxina e pagava agora não dá pra trabalhar daí converso com meu irmão para esperar.

E (03): Quando não, sempre atrasa. Tiro o dinheiro do rendimento mensal.

E (04): Ai o bicho pega, arrumar dinheiro emprestado, ou faço faxina. Da um jeito e ficar com o aluguel em dia.

E (05): Tiro dinheiro do bolso, pego emprestado com meus cunhados e quando vem o aluguel eu pago para eles, o proprietário fica bravo quando atrasa.

E (06): Tiro da Renda Mensal, eu já fico preparada, quando o pai do meu filho deposita o dinheiro eu já guardo, quando meu marido recebe a gente também já guarda outra parte. É assim que eu tenho que fazer, para não deixar de pagar a mulher.

E (07): Fico desesperada. Converso com a minha tia para ela esperar, mas já tirei da minha renda para pagar.

E (08): Tiro da renda mensal.

E (09): A proprietária é boazinha e espera, ela não fica me cobrando, porque sabe que eu vou comprar a casa.

Observamos que muitas famílias precisam trabalhar fora do seu horário de trabalho, ter um outro vínculo empregatício para pode dar conta de pagar o aluguel,

realizar sobre trabalho para pagar algo que a prefeitura deveria garantir, o seu direito a moradia.

A falta de informação também é um ponto muito destacado quando perguntamos “ O que você acha que a Prefeitura está fazendo para que seu direito a moradia seja concretizado?”:

E (01): Pois agora, o que eu vou te dizer. Está demorando um pouco a gente não pode viver toda vida em aluguel. Eu tinha minha casa nova a Defesa Civil mandou eu sair do local, minha casa não chegou a cair somente o barrando desbarrancou. Morava eu e meu irmão no mesmo terreno. 4 anos já ne, com esse dinheiro do aluguel que eles tão pagando já podia construir as casas. No caso tão pagando aluguel pra uma coisa que não tem nada, se tivesse a casa já tinha pago a casa.

E (02): Acho que sim, porque tem gente que está comprando casa aqui no morro através da prefeitura.

E (03): Nada. Infelizmente nada. Porque 3 anos para fazer uma licitação e não sair nenhum ganhador. Como que pra fazer o elevador do Rita Maria já tinha empresa em 48 horas em cima. Para pobre a licitação tem que remar, vai jogando para frente. Mas quando é para favorecer a classe alta, em dois toques é arrumado. É como a segurança pública, porque se assaltar a minha casa ou a tua eles falam que vão investigar, tentaram assaltar a casa do vice prefeito os caras já tão preso, ai a policia e a política são rápidas, do jeito que esse mundo esta indo, ou tu vira político ou tais na mão dos bandidos.

E (04): Essa é uma pergunta difícil de responder, eu mesma me pergunto. Dinheiro a prefeitura tem, só não sei o que fazem. Estao mais enrolando do que resolvendo. Nem previsão é dada.

E (05): A gente não tem direito de cobrar da prefeitura, fica ruim ficar cobrando, *A esposa que estava presente no momento da entrevista fala que* “eles prometeram, é nosso direito temos que cobrar”.

E (06): Eu creio que está fazendo alguma coisa, falam que estão fazendo alguma coisa, mas até agora na verdade eu não vi. Eu pergunto como está a construção, até agora não começaram. Tem todo um processo antes, a gente fica na expectativa, parado não deve estar alguma coisa eles devem estar fazendo. Antes de eu ver não vou acreditar que esta acontecendo.

E (07): Se fosse para receber uma casa do projeto, já era pra ter acontecido, desde 2008 a gente já ta em 2011. Eu acho que não vai acontecer para eles mandarem a gente procurar casa para comprar.

E (08): Sim, para mim ta fazendo. Em relação as indenizações e a aquisição da casa.

E (09): Agora eu não sei, não dá pra saber. Como a minha já tá quase resolvida a gente não fica muito atrás.

A dúvida e os questionamentos estão muito presentes na fala de seis dos entrevistados. Isso é resultado da falta de comunicação presente entre o poder público e os beneficiários. Uma das entrevistadas relata que não acredita que o projeto habitacional do MMC seja concretizado, pois foi dada a opção de aquisição da casa, como uma medida de curto prazo. A entrevistada 09 já está recebendo sua casa através da aquisição das habitações e a casa onde está morando de aluguel será adquirida, só está aguardando a liberação do recurso para assinar o contrato.

Para finalizar, a discussão foi acerca da visão do entrevistado sobre a perspectiva de uma solução definitiva para a obtenção de uma casa própria/moradia. Abaixo está apresentado o que cada entrevistado almeja:

E (01): Comprar uma casa. Eles dão o valor de 45 mil, mas não encontramos por esse valor. Tem uma casa aqui por 55 mil, o que eu vou fazer? Se o financiamento não vai me ajudar com os outros 10 mil. Já que não acha o terreno então que compre a casa.

E (02): Sonho com a minha casa. Penso em construir no mesmo lugar se demorar demais eu vou trabalhar e construir no mesmo lugar. Eu sei que não é definitivo, mas falaram que iam construir um muro de contenção e ia arrumar a casa, eu sei que não dá de construir eu vou lá em cima olhar, mas sei que não dá, passa uma vala por baixo e ainda tem uns pilar da casa inteiro eu até comento que vou lá construir em cima dos pilares antigos. Porque eu não acho casa definitiva para comprar pela prefeitura que nem pediram para mim procurar uma casa pra comprar.

E (03): De preferência receber a casa uns 3 meses antes de eu morrer pra pelo menos em morar dentro do que é meu, eu não tenho expectativa. Eles não dão essa expectativa pra gente. Pode ser amanhã como pode ser daqui 10 anos. Como o próprio engenheiro da prefeitura falou, a prefeitura paga o aluguel para vocês por 10 anos, eu não quero aluguel por 10 anos, libera meu terreno que eu construo, eu sei fazer.

E (04): A partir do momento que começar a chegar o material para construir e dizer que vão fazer a casa, só assim eu vou acreditar enquanto isso eu não acredito que a gente vai receber essa casa. Já foi falada tanta coisa. As construções das casas do Morro do Ceu me animaram um pouco.

E (05): Receber a casa, nem que pagamos, fazemos um financiamento. Estamos esperando, queremos morar no que é nosso.

E (06): Na verdade a nossa vontade é de ter nossa casa própria, mas temos medo do lugar onde vamos morar, eu tenho meu filho. Mas pobre não tem muita escolha, ou tu trabalha e paga alimentação ou quase morre pra dar entrada em algum lugar, e ainda pagar as parcelas e ter alguma coisa não é fácil, é bem difícil. A nossa vontade é sair do aluguel a gente nunca morou de aluguel desde que a gente se juntou, a gente comprou aquela casa. Na

época a minha mãe deu a metade do dinheiro e o pai dele deu a outra metade e compramos a casa. No início do aluguel a gente não sabia nem o que fazia, ficava completamente confuso, agora a gente já acostumou já estamos quase 3 anos de aluguel.

E (07): Comprar minha casa.

E (08): Ano que vem vamos achar uma casa, ir à caixa econômica, fazer um financiamento. Porque a gente não agüenta mais.

E (09): Aquisição da casa, estou esperando só o dinheiro.

A casa é um sonho, uma realização, presente no depoimento dos moradores, sendo que essa aspiração trata do inalienável direito a uma vida decente para todos. Os entrevistados querem a reconstrução de sua vida, de sua casa, de sua família, mas ficam na espera para uma solução definitiva do poder público, pois não tem condições de adquirir uma habitação através da oferta do mercado.

O entrevistado 08 exemplifica, informando que irá buscar financiamento junto ao banco para comprar uma casa. Todavia, podemos prever essa impossibilidade de empréstimo, porque existem quesitos exigidos que não serão cumpridos por essa família, como por exemplo, emprego fixo, renda mensal fixa e que comporte um financiamento, entre outros. É mencionado entre os entrevistados que pagariam para receber a casa, como na verdade acontecerá. A entrevistada 02 mesmo sabendo que não tem condições de voltar para a sua casa não desiste dessa ideia. Todos eles apenas sonham com sua casa própria.

Durante as entrevistas pudemos averiguar as dificuldades vividas pelas famílias beneficiárias do aluguel, como a separação da família, do vínculo comunitário e da vida que vivia antes do desastre.

Está diagnosticado que nenhuma dessas famílias conseguiram se adaptar morando de aluguel. A condição sócio econômica das famílias já as coloca numa situação difícil para a aquisição de uma casa própria, pois dependem apenas da renda obtida pelo trabalho e conquistas da família. Pode-se afirmar que para as famílias que vivem em local de risco ou de precariedade habitacional, e que haviam ocupado o seu espaço ainda que irregularmente, ser vítima de uma tragédia, perder seu local de moradia, é uma situação muito difícil. Pode-se constatar que o poder público efetivamente não responde a demanda habitacional sendo que os recebedores do aluguel social estão no aguardo de solução definitiva e incrédulos diante desta situação.



Diante de alguns depoimentos, pode-se constatar que existe ainda a preocupação em relação as condições da casa em que estão morando de aluguel, pois muitas delas encontram-se em situações iguais ou até pior do que aquela perdida pelo motivo das chuvas em novembro de 2008. Até porque com o valor do benefício poucas famílias conseguem alugar casa fora da área de risco e sem precariedade habitacional, mesmo assim, lembro que esse benefício deve continuar existindo, pois auxilia a família neste momento de reconstrução.

Apono aqui, a sugestão de realizar um trabalho com esse moradores, para que tenham uma noção do risco. Primeiramente, com as famílias que já foram atingidas para auxiliar na reconstrução, depois com aquelas que ainda continuam em local de risco e por fim, para a população em geral para que todos tenham o conhecimento de problemas relacionados a habitação e a prevenção de riscos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se neste trabalho evidenciar o processo vivido pelas famílias beneficiárias do auxílio eventual aluguel social pós chuvas de 2008 do Maciço do Morro da Cruz, como ocorreu o processo de tentativa de reconstrução da vida cotidiana de cada família, os desafios e dificuldades vividas por elas e também pela equipe técnica social da SMHSA.

Para abranger a discussão em torno do tema, foi realizada uma pesquisa com base em conceitos e teorias a respeito da moradia e da questão urbana, com o objetivo de compreender como os estudiosos as analisam.

Com isso, a questão da moradia sempre foi um problema para a sociedade, mas com o processo de industrialização e urbanização houve o seu agravamento. A falta de moradia para as famílias de baixa renda já estava presente nas discussões, mas as questões de habitabilidade dessas famílias começa a ser levantado para a realização de um diagnóstico da população e assim poder buscar recursos para elaboração de programas e projetos.

A população de baixa renda tem dificuldades para realização de necessidade habitacional no mercado e, ainda, é esquecida pelo poder público. Esse problema é consequência do sistema capitalista, responsável pela desigualdade na distribuição de renda dos trabalhadores, estes obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver dentro do sistema.

Através das entrevistas podemos verificar como o sistema capitalista fragiliza o desenvolvimento do ser social, ficando refem de suas exigências. A desigualdade do acesso a terra fica mais evidente quando acontece um desastre, pois a população mais vulnerável é aquela sem condições financeiras de reconstrução.

Sendo assim, como observamos no decorrer do trabalho, o poder público tem o dever de atender essa população como rege diversas legislações apontadas anteriormente. Desta forma, é de fundamental importância na execução do atendimento as vítimas de desastres na parte da reconstrução (curto prazo) e

prevenção (longo prazo), o planejamento das ações e de recursos, para que, assim, o poder público possibilite condições à essas famílias construírem habitações em locais seguros para viver. Esse planejamento e execução lembra-nos da efetividade da política de habitação na cidade de Florianópolis, que não é realizada.

A ação profissional do Serviço Social tem seu foco nas expressões da questão social. No tema de desastres e habitação, o assistente social deve viabilizar o acesso da população a direito através das políticas públicas de moradia.

Em relação a este tema, os desafios postos ao serviço social da SMHSA se referem a quantidade de tarefas a serem cumpridas, com isso o assistente social é “engolido” pela sua rotina, acabando não acompanhando de perto essas famílias. Muitas vezes, no início acompanhou as famílias e realizou diversas intervenções informando prazos não cumpridos. Os profissionais passam dificuldades quando tem que dar respostas negativas aos usuários e sentem-se desmotivadas em relação a execução do projeto.

O papel do serviço social nessa conjuntura seria a argumentação junto ao poder público, mas como já colocamos no decorrer do trabalho, a maioria das profissionais tem um vínculo de trabalho fragilizado. Isso interfere no posicionamento profissional e acaba afetando a resolutividade do problema dessas famílias.

Outro ponto dificultador no projeto, é que a coordenação do Departamento, responsável por levar a demanda aos gestores, também é desafiada pelas imensas atribuições.

Contudo, concludo apontando sugestões para o Serviço Social da SMHSA, especificamente aos profissionais que operam com a demanda dos desastres naturais, como é o caso das famílias do MMC. Onde a atuação não deve ser realizada de forma fragmentada com ações pontuais, não devemos focar nos afazeres burocráticos, como por exemplo, não somente a emissão de parecer social, renovação do auxílio eventual, e ainda no atendimento aos usuários no momentos em que o benefício atrasa.

O acompanhamento das famílias é de suma importância nesse processo de reconstrução, não acompanhar somente para realizar o monitoramento, como fiscalizador, para verificar de que forma o benefício está sendo utilizado e para que fim. Mas, sim intervir através de forma ampla com a articulação das políticas públicas de saúde, assistência social, previdência social, entre outros, pois no trabalho com os indivíduos o profissional não pode deixar de acompanhar os

encaminhamentos e orientações realizados assim, garantindo aos habitantes seus direitos de cidadão.

Lembro ainda, da importância do posicionamento político do profissional para que a política habitacional realmente seja concretizada. Este posicionamento político é necessário no ambiente onde diversos interesses em jogo, sobretudo para contribuir no acesso aos direitos sociais pela população vulnerabilizada e espoliada da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** 2009. Instituto Millenium. Disponível em: < <http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>>. Acessado em 24 out. 2011.

ANDRADE, L.O.M.. **A saúde e o dilema da intersetorialidade.** São Paulo: Hucitec, 2006.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão social no Brasil e Serviço Social.** In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Capacitação em Serviço Social e política: módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999. p. 75-84.

BASSUL, José Roberto. **Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade.** 2002. Disponível em [http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400008&script=sci_arttext). Acesso em: 12 ago. 2011.

BRASIL, **Constituição Federal** – 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Cidade: uma lei conquistada. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 1.024/2001. **Estatuto da Cidade.** Brasília. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 8742, de 8 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).**

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica.** NOB/SUAS. Brasília, novembro de 2005

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Brasília, novembro de 2004

\_\_\_\_\_. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 07 jun.2010.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/biblioteca/ApresPACmiriamcidades.ppt>> Acessado em: 20 set.2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto Moradia**. Instituto Cidadania, São Paulo, 2000

\_\_\_\_\_. 1ª Conferência Nacional das Cidades, novembro de 2003. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=528:1o-conferencia-das-cidades&catid=99:conferencia-das-cidades&Itemid=129](http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=528:1o-conferencia-das-cidades&catid=99:conferencia-das-cidades&Itemid=129) Acesso em: 22 nov. 2011

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. 8ª Ed 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007. (Repensando a Geografia).

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades**. Acessado em 28/06/2011 no site: [http://vsites.unb.br/ppgec/dissertacoes/proposicoes/proposicao\\_jairocarlos.pdf](http://vsites.unb.br/ppgec/dissertacoes/proposicoes/proposicao_jairocarlos.pdf)

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES DA UNIVERIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (CEPED/UFSC). **Treinamento de técnicos municipais para mapeamento e gerenciamento de áreas urbanas com risco de escorregamentos, enchentes e inundações no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2004.

ENGELS, F. **A questão da habitação**. São Paulo, Editora Acadêmica, 1987.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição ao problema da habitação**. In: MARX Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa – Omega, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1994

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Resultados do Censo 2010**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 20 out. 2011.

INOJOSA, Rose Maria. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade** Cadernos FUNDAP n. 22, 2001, p. 102-110.

JUNQUEIRA L.A. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade** v.13, n.1, jan-abr. 2004, p.25-36.

JUSTINO, Juliane Caetano. **A Política de Habitação em Santa Catarina em tempos recentes (1986-2009)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

\_\_\_\_\_. **Poder Público X Participação Popular a implantação do Programa Habitar Brasil BID na Região Chico Mendes**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LONARDONI, Fernanda Maria. Aluguel, informalidade e pobreza: acesso à moradia em Florianópolis. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis: UFSC/CTC, 2007.

Maricato, E. (1997). **"Reforma Urbana: Limites e Possibilidades. Uma Trajetória Incompleta"**. Ribeiro, Luiz César de Queiroz e Orlando Alves dos Santos Jr. (orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 309-325.

\_\_\_\_\_. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: ARANTES, O. et al. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Curso à Distância: **Planos locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Curso à Distância: **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação em Interesse Social: Módulo III, Aula 07**. Brasília 2010.

MONTAÑO, Carlos, O projeto neoliberal de resposta a “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. Disponível em <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)> Acesso em: 22 nov. 2011.

MUKAI, T. **Direito e Legislação Urbanística no Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.

NAÇÕES, Unidas. **Declaração dos Direitos Humanos**. Palais de Chaillot, Paris, 1948

NALIN, Nilene Maria. **Os significados da Moradia: Um recorte a partir dos Processos de Reassentamento em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

GLOBO. **PAC é 'colagem de obras', critica Marina Silva**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1550984-5601,00-PAC+E+COLAGEM+OBRAS+CRITICA+MARINA+SILVA.html>>. Acessado em: 15 out.2011.

OLIVA, Arlinda. **Morador e Moradia no Espaço Urbano da Cidade de Salvador**. Tese de Doutorado em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

OLIVEIRA, Ana Paula B. Indiano, BATISTA, Marcia do Carmo, RODRIGUES, João Antonio. Serviço Social e Realidade. **A Pesquisa Qualitativa em Questão**. Franca, 2002.

PIACENTINI, Graciano Pedro. **Políticas sociais e controle social – o processo de implementação do programa de aceleração do crescimento (PAC) no Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo... [et al.]. **Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis. **Sub – Projeto de Trabalho Técnico Social, Florianópolis 2007.**

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 207 de 28/12/2005.**

\_\_\_\_\_. **Política Habitacional de Florianópolis. Florianópolis, 2009.**

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 224 de outubro de 2010.** Que dispõe sobre o Benefício Eventual denominado Auxílio Aluguel, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

\_\_\_\_\_. IPUF. **Guia Turístico.** Disponível em <http://www.guiacatarinense.com.br/florianopolis/historia2.htm>. Acesso em :10 out. 2011.

ROCHA, Danuza Labanca. **A Ação do Serviço Social no Projeto do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ROCHA, Maria Gabriela da. **Serviço Social, desastres e suas interações com a questão urbana – Relato de uma experiência.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTA CATARIANA, Lei nº 14.606 de 31 de dezembro de 2008.

SCHUTZ, Fernanda. **A Intersetorialidade no campo da Política Pública: Indagações para o Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SILVA E SILVA, Maria O. **Política Habitacional Brasileira – Verso e Reverso,** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Maria Lúcia Martins da. **Benefícios Eventuais: Proteção Básica da Política de Assistência Social – Alternativas para autonomia ou subalternidade dos sujeitos?** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDICE I

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Serviço Social  
Trabalho de Conclusão de Curso  
Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal  
Acadêmica: Gabriele Berckenbrock Bolsoni

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o) \_\_\_\_\_

Esta pesquisa faz parte da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina, e está sendo desenvolvida pela acadêmica Gabriele Berckenbrock Bolsoni sob a orientação da Professora Dra. Vera Herweg Westphal.

Com o objetivo de analisar junto ao Poder Público e as famílias beneficiárias do aluguel social desde as chuvas de 2008 como está sendo garantido o acesso a moradia através deste auxílio eventual, com isso viemos respeitosamente solicitar a sua participação na pesquisa.

Solicitamos assim, a sua colaboração para a participação nesta pesquisa. As respostas serão sistematizadas e apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso, mantendo sigilo de identificação do/as participantes.

Esclarecemos que sua participação no estudo é de caráter voluntário e, portanto, o(a) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará à sua disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar do questionário e para publicação dos resultados.

---

Ass. Participante

---

Ass. Pesquisadora

Florianópolis, Agosto de 2011.

## APÊNDICE II

### Roteiro de Entrevista Usuários:

- 1) Nome Completo:
- 2) Escolaridade:
- 3) Profissão:
- 4) Composição Familiar (que moram na mesma casa):

<i>Membro</i>	<i>Grau de parentesco</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Renda</i>

- 5) Há quanto tempo morava na comunidade?
- 6) Onde está morando de aluguel?
- 7) O que você acha do aluguel social? (avaliações, dificuldade, etc.)
- 8) Na época que você precisou do benefício, o que você faria se ele não existisse?
- 9) O que você faz para que seja dada uma resposta mais rápida em relação à solução de sua habitação?
- 10) O valor do benefício está adequado a especulação imobiliária da cidade? Você consegue pagar o aluguel com R\$300,00 reais? Qual seria o valor (aproximado) mais adequado?
- 11) O que você faz quando o benefício atrasa?
- 12) O que você acha que a Prefeitura está fazendo para que seu direito a moradia seja concretizado?

13) Qual a perspectiva de uma solução definitiva para a obtenção de uma casa própria/ moradia?

### **APÊNDICE III**

#### **Roteiro de Entrevistas Profissionais:**

- 1) Nome Completo:
- 2) Profissão:
- 3) Realizou algum tipo de especialização?
- 4) Onde se formou?
- 5) Tempo de formação?
- 6) Quanto tempo atua na política de habitação?
- 7) Outras áreas de atuação?
- 8) Você como profissional pensa que o benefício aluguel social atende a busca do usuário pelo seu direito social de moradia?
- 9) O benefício consegue atender a demanda?
- 10) O valor do benefício está adequado a especulação imobiliária da cidade? Qual seria o valor (aproximado) mais adequado?

11) Enquanto profissional como você lida com os entraves burocráticos que dificulta o repasse financeiro aos usuários?

12) Como você acha que o Poder Público local está executando o direito a moradia?